

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE –
MESTRADO**

SARA MASSOTTI BONIN

**TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE INSTRUMENTOS LEGAIS E PROJETOS
PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

**CAXIAS DO SUL
2016**

SARA MASSOTTI BONIN

**TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE INSTRUMENTOS LEGAIS E PROJETOS
PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Dissertação submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo. Linha de pesquisa: Turismo, organizações e sustentabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Maria De Conto

CAXIAS DO SUL

2016

B715t Bonin, Sara Massotti

Turismo e educação ambiental : uma análise a partir de instrumentos legais e projetos pedagógicos de cursos de graduação / Sara Massotti Bonin. – 2016.

102 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016.

Orientação: Suzana Maria De Conto.

1. Turismo. 2. Educação ambiental. 3. Instrumentos legais. 4. Projeto pedagógico. 5. Pesquisa documental. I. De Conto, Suzana Maria, orient. II. Título.

“Turismo e educação ambiental: uma análise a partir de instrumentos legais e projetos pedagógicos de cursos de graduação”

Sara Massotti Bonin

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 19 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Suzana Maria De Conto (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Marcia Maria Cappellano dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Nilva Lúcia Rech Stédile
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Luciara Bilhalva Corrêa
Universidade Federal de Pelotas

AGRADECIMENTOS

O mestrado, para mim, é uma realização muito significativa. Resultado de um crescimento pessoal, além do desenvolvimento profissional o qual busquei nesses dois anos de estudo. Sendo assim, inicialmente agradeço pelo apoio incondicional da minha mãe, Estela, em todos os momentos. Meu pai, Sílvio (*in memoriam*), que me acompanhou também, mesmo não em presença física. Estendo o agradecimento para todos da minha grande e amada família.

Agradeço a Faculdade Senac Porto Alegre, instituição na qual trabalho e que também me incentivou nesse processo. Minhas queridas colegas e amigas Gabriela Tavolara e Carina Vasconcellos Abreu, pelo suporte, pela parceria, pelo apoio e, principalmente, pela amizade que construímos.

Em se tratando de amizade, o mestrado teve ótimas surpresas: os colegas da Turma 14, em especial, Evelise Zerger e Caroline da Silva Camargo, por compartilharmos ansiedades, dúvidas, inseguranças, mas também momentos de descobertas, conquistas, alegrias e muitas risadas! Valeu, gurias!

Agradeço a todos os professores do PPGTURH da UCS, com carinho à professora Dra. Susana Gastal, que me recebeu ainda como aluna especial no programa, me despertando e me conquistando para a vida acadêmica. À professora Dra. Marcia Maria Cappellano dos Santos cujos questionamentos e aulas foram fonte de inspiração para seguir na docência. Não poderia deixar de agradecer o suporte da Regina de Azevedo Mantesso, sempre pronta a nos auxiliar.

Sem dúvida alguma a principal influência que tive no mestrado foi da minha professora orientadora Dra. Suzana Maria De Conto. Não somente com as aulas e no processo de orientação com a dissertação, mas também pelo exemplo profissional e pela postura exemplar também como cidadã. Uma pessoa como poucas – ética e de caráter e, da mesma forma, um exemplo que me inspira tanto para a vida, quanto para a carreira docente. Sou muito grata pela oportunidade de ter convivido e aprendido tanto contigo e mais feliz e privilegiada por tê-la também como amiga. Registro aqui minha admiração e gratidão!

Não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por possibilitar a bolsa de estudos que me permitiu a realização do mestrado.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

A Educação Ambiental (EA), na perspectiva do turismo e hospitalidade, é um importante objeto de estudo na produção de conhecimento. Nesse contexto, situa-se a presente investigação, que busca a reflexão sobre as relações que se estabelecem entre as políticas públicas, projetos pedagógicos de cursos de bacharelado em turismo, produção do conhecimento e a dimensão ambiental. Como objetivo da pesquisa destaca-se: analisar a inserção da educação ambiental em cursos de bacharelado em Turismo do Rio Grande do Sul. Para tal, utilizou-se da pesquisa documental para auxiliar na investigação, no sentido de verificar como a dimensão ambiental é contextualizada nos documentos oficiais. Assim, o corpo documental da pesquisa constitui-se dos seguintes elementos: Constituição Federal Brasileira; Política Nacional do Turismo (Lei Geral do Turismo); Plano Nacional de Turismo (2013-2016); Política Nacional do Meio Ambiente; Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; Política Estadual de Educação Ambiental – RS; Plano Nacional de Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Instrumento de Avaliação Institucional Externa; Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo – Bacharelado e Projetos Pedagógicos de Cursos de Bacharelado em Turismo de três instituições de ensino superior. Referente aos projetos pedagógicos de cursos destaca-se que foram analisados aqueles disponibilizados nos endereços eletrônicos das respectivas Instituições de Ensino Superior. Os resultados obtidos permitem concluir que a dimensão ambiental encontra-se vinculada predominantemente às disciplinas constantes nos projetos pedagógicos analisados, evidenciando lacunas com relação à transversalidade da temática ambiental.

Palavras-chave: Turismo. Educação Ambiental. Instrumentos Legais. Projeto Pedagógico. Pesquisa Documental.

ABSTRACT

Environmental Education (EE) in the tourism and hospitality perspective is an important object of study in the production of knowledge. In this context lies this research, which seeks to reflect on the relationships established between public policies, educational tourism projects in Bachelor's Degree programs, knowledge production, and the environmental dimension. The aim of this research is to analyze the inclusion of Environmental Education in Tourism Bachelor's Degree programs in Rio Grande do Sul. For this purpose, the documentary research was used to assist in the investigation, in order to verify how the environmental dimension is contextualized in official documents. Thus, the research's document structure is constituted of: Brazilian Federal Constitution; National Tourism Policy (General Law of Tourism); National Tourism Plan (2013-2016); National Environmental Policy; National Environmental Education Policy (PNEA); Decree No. 4.281, of June 25, 2002; State Environmental Education Policy - RS; National Education Plan; Law of Directives and Bases of National Education; Instrument for External Institutional Evaluation; Instrument for Undergraduate Courses' (on-site and distance education) Evaluation; National Directives for Environmental Education; National Curriculum Directives for the Tourism Undergraduate Course - Bachelor Degree and Pedagogical Projects in Bachelor Degree in Tourism from three institutions of higher education. Referring to the courses' pedagogical projects it is highlighted that the ones analyzed were those available in the electronic addresses of the respective higher education institutions. The results indicate that the environmental dimension is bound, predominantly, to those subjects included in the analyzed educational projects, and gaps regarding the transversality of environmental issues are clearly perceived.

Keywords: Tourism. Environmental Education. Legal Instruments. Pedagogical Project. Documentary Research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Primeiras Instituições de Ensino Superior que ofertaram o Curso de Bacharelado em Turismo.....	35
Quadro 2 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Constituição Federal Brasileira.....	56
Quadro 3 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Constituição Federal Brasileira.....	56
Quadro 4 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Política Nacional de Turismo.....	56
Quadro 5 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental no Plano Nacional de Turismo.....	58
Quadro 6 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Nacional do Meio Ambiente.....	59
Quadro 7 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional no Decreto nº 4.281.....	60
Quadro 8 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Nacional de Educação Ambiental.....	60
Quadro 9 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Estadual de Educação Ambiental.....	62
Quadro 10 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental no Plano Nacional de Educação.....	63
Quadro 11 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	64
Quadro 12 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental nos Instrumentos de Avaliação (INEP).....	64
Quadro 13 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.....	66
Quadro 14 – Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão ambiental.....	70
Quadro 15 – Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão educacional.....	70
Quadro 16 – Missão, visão e valores institucionais das IESs analisadas.....	71
Quadro 17 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo.....	77
Quadro 18 – Disciplinas contemplando a dimensão ambiental.....	83
Quadro 19 – Objetivos dos cursos e perfis dos egressos nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo.....	85
Quadro 20 – Competências e habilidades nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo.....	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, CONCEITUAL, LEGAL E ACADÊMICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	13
2.1	RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	22
2.2	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ACADÊMICO.....	29
2.3	TURISMO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL	34
3	METODOLOGIA	45
3.1	PESQUISA DOCUMENTAL	45
3.2	ANÁLISE DOCUMENTAL	46
3.3	SELEÇÃO DE DOCUMENTOS LEGAIS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	47
3.4	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	50
3.4.1	Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil e no Rio Grande do Sul ...	50
3.4.2	Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul	51
3.4.3	Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas .	53
3.4.4	Curso de Bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA	54
4	A DIMENSÃO AMBIENTAL NO CORPO DOCUMENTAL LEGAL DA PESQUISA.....	55
4.1	MISSÃO, VISÃO E VALORES DAS IESS.....	71
4.2	PRÁTICAS AMBIENTAIS DAS IESS	73
4.3	PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Como a dimensão ambiental é contemplada nos diferentes setores da sociedade? Como a dimensão ambiental é contextualizada na busca da prevenção e do controle dos problemas ambientais decorrentes das operações das organizações?

Essas são perguntas gerais que provocam uma reflexão inicial acerca da dimensão ambiental diante da realidade atual. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a expressão dimensão ambiental compreende ações e práticas nas organizações, relacionadas, por exemplo, à minimização de desperdício de água; ao controle do consumo de energia; à educação ambiental; à valorização da cultura local; ao tratamento de efluentes; às capacitações de colaboradores; à seleção de fornecedores com critérios para promover à sustentabilidade; entre outros aspectos.

É possível perceber que a dimensão ambiental frequentemente tem enfoque negativo por meio do destaque de desastres ambientais que infelizmente ocorrem em nível mundial. No Brasil só no ano de 2015 e recentemente no início de 2016, pelo menos três tragédias fizeram a temática ambiental tornar-se tópico de discussão nas grandes mídias atuais.

No Porto de Santos/SP, um dos principais do país, no mês de abril de 2015 um incêndio em tanques de uma empresa de armazenamento de combustível provocou tanto danos ambientais, como impactos econômicos, visto que durante nove dias as atividades no local estavam parcialmente em funcionamento. Em se tratando dos impactos ambientais, pode-se citar a elevação da temperatura da água do mar, a morte de peixes, a emissão de produtos químicos, além de algumas pessoas feridas com o ocorrido (INCÊNDIO..., 2016).

No dia 5 de novembro de 2015, uma barragem da empresa mineradora Samarco se rompeu, espalhando massa residual de rejeitos de minérios que causou inúmeros danos ambientais que atingiram não somente a localidade como também outros estados do país. O desastre afetou também o turismo na região, visto que parte da rota turística da Estrada Real também foi destruída. A tragédia na cidade mineira de Mariana está sendo considerada a maior do país e, inclusive, como um dos piores desastres ambientais mundiais cujos impactos ainda estão sendo estimados (DESASTRE..., 2016).

Já no início do ano de 2016, novamente no Porto de Santos/SP, houve um vazamento de gás que liberou uma nuvem tóxica, fazendo com que algumas pessoas necessitassem de atendimento médico, em virtude de problemas respiratórios e irritação nos olhos. Além de Santos, a cidade litorânea de Guarujá também foi atingida pela nuvem tóxica (VAZAMENTO..., 2016).

Essas situações fazem com que seja possível refletir sobre quais ações são (ou não) realizadas pelo poder público e também pelas organizações privadas com relação a possíveis danos ambientais. Além disso, diante da urgência em gerenciar os inúmeros impactos ambientais, vale a pena refletir: de que maneira os impactos ambientais afetam a vida das pessoas? Qual é a responsabilidade das empresas? E o envolvimento dos governantes? Mais ainda: de que maneira essas tragédias afetam a nossa vida?

Com relação à dimensão ambiental, cabe lembrar que não se pode somente referir-se aos danos diretos ao meio ambiente. Moura (2014), por exemplo, destaca cinco grandes questões ambientais em nível mundial: o crescimento populacional; o esgotamento de recursos naturais; o esgotamento da capacidade da biosfera em absorver resíduos e poluentes; as desigualdades norte-sul e a globalização.

Muitas vezes torna-se difícil dimensionar e até mesmo relacionar a dimensão ambiental com o cotidiano. Entretanto isto é relevante e é necessário fazer uma reflexão crítica acerca da postura cidadã e da postura profissional de cada indivíduo com relação ao assunto. Quais ações práticas são ou podem ser realizadas no dia-a-dia para minimizar possíveis impactos ambientais? Essa é uma pergunta que serve tanto para o exercício profissional quanto para a vida pessoal de qualquer cidadão.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) pode ser considerada uma importante ferramenta para auxiliar nessa reflexão, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, considerando que a mesma deve estar presente e ser desenvolvida em toda a sociedade de forma contínua e permanente, de acordo com a legislação brasileira (DENICOL, 2013). Assim, direcionando a reflexão crítica para a parte profissional, cabe também às Instituições de Ensino Superior (IES) como organizações responsáveis pela formação profissional, fazer com que os futuros profissionais possam construir ao longo do processo educativo esse pensamento voltado à internalização da dimensão ambiental no exercício da profissão escolhida.

Seguindo essa perspectiva, é importante refletir sobre a formação do profissional que atua no turismo. O profissional que estuda, analisa e atua no setor turístico é o bacharel em turismo, ou turismólogo. Com relação à formação profissional do turismólogo, no Brasil é desenvolvida por meio de um curso superior de graduação, nível bacharelado, com uma formação em média de quatro anos.

Ao longo da formação profissional em Turismo, a dimensão ambiental também deve ser integrada, visto que o turismólogo poderá trabalhar, por exemplo, com o planejamento e a gestão de determinado destino turístico ou então em alguma empresa do setor, visando o desenvolvimento sustentável do(a) mesmo(a). Dessa forma, deverá agir levando em consideração a dimensão ambiental da localidade ou organização na qual está exercendo sua profissão.

Diante disso, considerando as bases legais instituídas no Brasil, quais sejam a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo – Bacharelado (BRASIL, 2006b), o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e à Distância (INEP, 2012), bem como o reconhecimento oficial da profissão do turismólogo (BRASIL, 2012a), surgem questionamentos que merecem ser investigados no sentido de auxiliar a compreensão da relação entre o processo educativo, a formação profissional e as responsabilidades perante o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do Turismo.

Sendo assim, apresentam-se algumas indagações no presente estudo: a) Como a Educação Ambiental (EA) é implantada nas Instituições de Ensino Superior (IES) no sentido de cumprir as exigências legais? b) Quais são as práticas ambientais desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior? c) A Educação Ambiental está inserida nos documentos institucionais? d) A Educação Ambiental é contemplada nos processos de aprendizagem nos cursos de graduação? e) O estudante de Turismo entende qual é a importância de internalizar a dimensão ambiental na sua formação profissional? f) Quais são as responsabilidades do turismólogo com relação à dimensão ambiental no exercício da sua profissão? g) De que forma a Educação Ambiental é contemplada ao longo de um curso de bacharelado em Turismo? h) Quais são as disciplinas diretamente relacionadas à dimensão ambiental na matriz curricular vigente de um curso de graduação? i) Que estratégias podem ser introduzidas nos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado em turismo no sentido de contemplar a dimensão ambiental?

As referidas perguntas merecem ser analisadas e respondidas com o intuito de vincular a educação ambiental (EA) à formação profissional do turismólogo como uma proposta educativa, como uma prática de sensibilização dos indivíduos com relação ao meio ambiente e também com objetivo de prever a dimensão ambiental no planejamento das atividades acadêmicas.

A partir disso surge o seguinte problema de pesquisa: como a Educação Ambiental está integrada no curso superior de bacharelado em Turismo?

Dessa forma, entendendo que a atividade turística depende do meio ambiente, diante da característica multidisciplinar do turismo e da relevância da educação ambiental, observa-se a necessidade deste enfoque ser incorporado na formação profissional do turismólogo, convergindo à diversidade de áreas do conhecimento científico afins (BERNARDO, 2010). Assim, e considerando-se que o exercício profissional é um reflexo do que foi desenvolvido ao longo da formação educacional acadêmica, a educação ambiental torna-se indispensável para construir e desenvolver uma consciência crítica que leve em conta não somente a visão naturalista e ecológica, mas também que articule os aspectos sociais, históricos, éticos, políticos, culturais e econômicos que envolvem o tema ambiental.

A investigação proposta nesta pesquisa justifica-se pela relevância científica, no sentido de que foram observadas lacunas relacionadas à produção do conhecimento referente à Educação Ambiental nas dissertações dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo no Brasil, conforme estudo realizado por Denicol (2013). A autora verificou, no período de 1997 a 2011, que apenas cinco dissertações apresentam a Educação Ambiental como objeto de estudos e ainda evidenciou que não foram identificadas dissertações acerca do tema em quatro dos seis programas existentes no país em 2013.

Ainda em se tratando de relevância científica, o estudo realizado por Bonin, De Conto e Pereira (2016) buscou identificar se a Educação Ambiental é contemplada como objeto de estudo nos periódicos científicos eletrônicos vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR).

Dos oito periódicos analisados, em quatro (50%) constam artigos que versam sobre a Educação Ambiental como objeto de estudo. Do total de 1.652 trabalhos publicados no período de 1990 a maio de 2015, quatro artigos (que representam 0,24% do total de trabalhos) estão distribuídos nos quatro periódicos (RBTur,

Revista Hospitalidade, Revista Turismo e Sociedade e Revista Turismo – Visão e Ação). Há apenas cinco autores distribuídos em três instituições de ensino participando dessa socialização do conhecimento, sendo duas do Sul do Brasil e uma da Argentina. Diante dos resultados da pesquisa, foi constatada a escassez de estudos em Educação Ambiental no Turismo (BONIN; DE CONTO; PEREIRA, 2016).

Diante dessas considerações, considera-se relevante investigar a educação ambiental no contexto de cursos superiores de bacharelado em Turismo. Verifica-se ainda a importância ao refletir acerca da dimensão ambiental por meio da educação ambiental na formação profissional do turismólogo, visto que este profissional possui grande responsabilidade perante o exercício da sua atividade, para que inclua em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a inserção da educação ambiental em cursos de bacharelado em Turismo do Rio Grande do Sul.

Já os objetivos específicos são:

- a) analisar, sob a ótica da dimensão ambiental, a missão, a visão e os valores das IESs vinculadas aos cursos de bacharelado em Turismo do Rio Grande do Sul;
- b) identificar práticas ambientais desenvolvidas pelas IESs;
- c) analisar o projeto pedagógico dos cursos quanto à dimensão ambiental;
- d) identificar se e quais disciplinas dos cursos contemplam a dimensão ambiental.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: no presente capítulo de introdução foi apresentada a contextualização temática do trabalho, bem como o problema de pesquisa, objetivos, justificativa e relevância do estudo realizado. O segundo capítulo caracteriza-se pela revisão teórica, trazendo aportes conceituais acerca da educação ambiental, das instituições de ensino superior e também da formação profissional em Turismo. O terceiro capítulo trata da metodologia da pesquisa, destacando a caracterização do objeto de estudo e os procedimentos técnicos para a realização do mesmo. No quarto capítulo, é apresentada a análise dos dados tratados. E, por fim, são feitas as considerações finais da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, CONCEITUAL, LEGAL E ACADÊMICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sabe-se que situações vinculadas à dimensão ambiental são contextualizadas historicamente desde os primórdios da civilização humana. Sendo assim, torna-se necessário traçar os marcos e fatos relevantes para a compreensão da Educação Ambiental (EA) no processo de evolução histórica.

Entretanto, para Reigota (2007), a prática da Educação Ambiental depende da concepção de meio ambiente que se tenha. Sendo assim, neste contexto inicial, cabe destacar que a compreensão sobre o meio ambiente é definida como

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2007, p. 14).

No Brasil a introdução da pesquisa e do ensino de Ecologia, segundo Dias (2003), foi realizada pelo professor Felix Rawitscher em 1934, cujas ideias foram consideradas pioneiras para o movimento ambientalista nacional. Na década de 1960 surge o ambientalismo nos Estados Unidos, quando também ocorrem reformas no ensino, por meio da produção de materiais voltados à investigação do estudante. Em 1962 é lançado o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que se tornaria uma referência clássica sobre a perda da qualidade de vida (DIAS, 2003).

Para Moura (2014), a partir da década de 1960 iniciou-se a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais em virtude do aumento da população e conseqüentemente do consumo, além da ocorrência de alguns desastres ambientais.

A utilização da expressão Educação Ambiental (EA) decorre a partir de 1970, quando os Estados Unidos se tornaram pioneiros ao aprovar uma Lei sobre EA. Neste mesmo ano é publicado "*A place to live*" (Um lugar para viver) – um manual para professores e outro para alunos que orientava para a exploração da natureza nas cidades (DIAS, 2003).

"A década de 70 caracterizou-se como sendo aquela em que aumentaram as atividades de regulamentação (criação de leis) e de controle ambiental." (MOURA, 2014, p. 5). Além disso, o autor afirma nesta década também se

evidenciou o problema da destruição progressiva da camada de ozônio, principalmente pelo gás tóxico clorofluorocarboneto (CFC).

A publicação pelo Clube de Roma, em 1972, do relatório “Os limites do crescimento”, denunciando a busca do crescimento a qualquer custo fez um alerta para a sociedade de maior prudência no seu desenvolvimento e de consciência dos limites de exploração do planeta (VALLE, 2012).

Já no Rio Grande do Sul, nessa mesma época, observando-se o crescimento da preocupação com as questões ambientais, conforme destaca Dias (2003), é criado o curso de pós-graduação em Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A década de 1970 também foi marcada por sucessivos eventos políticos apoiados pela ONU e pela UNESCO, onde houve o debate de questões relacionadas à dimensão ambiental. Em 1972 houve a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo e “considerada um marco histórico e político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente.” (DIAS, 2003, p. 36). Em 1974 foi realizado o I Congresso Internacional de Ecologia na Holanda e o Seminário sobre Educação Ambiental na Finlândia.

Em 1975 foi realizado um encontro internacional em EA, quando foi elaborada a Carta de Belgrado, que se tornou um importante documento histórico sobre ambientalismo, com princípios e orientações para um programa internacional de EA. Em 1977 a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi, foi organizada pela UNESCO em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Dias (2003) afirma que este evento foi considerado como decisivo para os rumos da EA em todo o mundo, visto que se tornou referência internacional para o desenvolvimento de atividades de EA. Na Costa Rica, o Encontro Regional de EA para a América Latina foi promovido para professores, planejadores educacionais e administradores.

No Brasil, segundo Loureiro (2012), o debate ambiental se estabeleceu em pleno regime militar, na década de 1970, por pressões internacionais. O autor afirma que até a promulgação da Constituição de 1988, a política ambiental brasileira foi gerida de forma centralizada e sem participação popular.

Alguns aspectos relacionados ao ensino são destacados por Dias (2003). Em 1978, inserem-se disciplinas como Saneamento Básico e Saneamento Ambiental nos cursos de Engenharia Sanitária e, em 1979, o Ministério da Educação (MEC) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) publicaram um documento voltado ao ensino médio chamado “Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus”.

Ainda sobre a década de 1970, há o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, “que admite a utilização dos recursos naturais de que temos necessidades hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometermos a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras.” (MOURA, 2014, p. 6). Em outras palavras, “desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades da geração atual sem comprometer o direito de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.” (VALLE, 2012, p. 29).

Dias (2003) afirma que em 1980 a Unesco novamente promoveu um evento na Hungria chamado “Seminário Internacional sobre o Caráter Interdisciplinar da EA no Ensino de 1º e 2º graus”. Já em 1981 foi realizado a “Primeira Conferência Asiática sobre EA” em Nova Delhi, na Índia. Em 1985 também foi realizado o “Seminário sobre EA para professores de Ciências da América Central”.

Efetivamente foi na década de 1980 que o movimento ambientalista ganha caráter público e social no Brasil (LOUREIRO, 2012). No âmbito legislativo, em 1981, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938 (BRASIL, 1981).

Na década de 1980, de acordo com Valle (2012), a proteção ambiental passou a ser considerada como uma necessidade pelos empresários, visto que reduz o desperdício de matérias-primas e também assegura uma boa imagem para a empresa. A partir disso surgiu o conceito de ecoeficiência, “produzir bens e serviços melhores reduzindo continuamente o uso de recursos e a geração de poluentes.” (VALLE, 2012, p. 21).

Na Universidade de Brasília, em 1986, realizou-se o “I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente”, cujo objetivo, segundo Dias (2003), foi iniciar uma integração entre as ações do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do sistema universitário, que seguiu nos decorrentes anos. Na mesma Instituição de Ensino Superior também foi lançado o primeiro curso de especialização em EA. Em 1987 o MEC considerou necessária a inclusão da EA nos conteúdos a serem explorados

nas propostas curriculares das escolas de ensino de 1º e 2º graus (equivalente a Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente), por meio da aprovação de um parecer do Conselho Federal de Educação (DIAS, 2003).

Em 1987 foi publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU o documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido como *Relatório Brundtland*, que, conforme Moura (2014), contribuiu para disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual incumbe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1988).

O ano de 1990 foi considerado o “Ano Internacional do Meio Ambiente” pela ONU. Neste mesmo ano, foi promovida a Conferência Mundial sobre o Clima, alertando para as alterações climáticas mundiais. Em Curitiba/PR foi criada a Universidade Livre do Meio Ambiente em 1991, IES considerada “como um importante centro de divulgação de conhecimentos, capacitação e aperfeiçoamento profissional na área ambiental.” (DIAS, 2003, p. 49).

Para Moura (2014), na década de 1990 houve um estímulo da consciência ambiental.

O termo “qualidade ambiental” passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Muitas empresas passaram a se preocupar com a racionalização do uso de energia e de matérias primas (madeiras, água, combustíveis, minérios e outros), além de existir um maior empenho na promoção da reciclagem e reutilização de materiais, evitando-se os desperdícios. (MOURA, 2014, p. 12).

A qualidade ambiental pode ser considerada uma abordagem mais ampla e lógica do tema ambiental, de acordo com Valle (2012). Para o autor, a sociedade adquiriu uma consciência para internalizar os custos da qualidade de vida, demonstrando uma maior preocupação com a utilização dos recursos não-renováveis e do combate ao desperdício.

Um dos principais eventos da década de 1990, segundo Dias (2003), foi a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92. Neste evento foi elaborada a “Agenda 21”, um documento caracterizado como um plano de ação para o desenvolvimento sustentável,

reconhecendo a EA como um processo estratégico para esse modelo de desenvolvimento.

Com relação ao ensino, na Rio-92 também foi realizado um *workshop* sobre EA promovido pelo MEC, cujo objetivo de socializar resultados das experiências em EA e ainda debater metodologia e currículo para a EA. Desse encontro foi aprovada a “Carta Brasileira para a Educação Ambiental” destacando a importância da efetivação do processo de incorporação da EA em todas as modalidades e níveis de ensino no país (DIAS, 2003).

No ano de 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) cujo objetivo é “instrumentalizar politicamente o processo de EA no Brasil.” (DIAS, 2003, p. 52). O atual PRONEA está vigente em sua quarta edição, publicada em 2014 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014).

Em se tratando de educação e ensino, cabe destacar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

O MEC também aprovou, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), referências para o Ensino Fundamental no país.

Os PCN constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014, p. 18).

Também em 1997 foi aprovado o Protocolo de Kyoto, que previu metas e prazos para a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa, principalmente para os países considerados “desenvolvidos” e que possuem emissões históricas (MOURA, 2014).

Outro marco legal no Brasil foi a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Logo no Art. 1º fica estabelecido que

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Como princípios básicos, a PNEA estabelece que a educação ambiental tenha enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, concebendo o meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Além disso, cabe destacar que, entre outros princípios, a Lei determina o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, considerando a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. Estabelece a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, reconhecendo o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No âmbito empresarial, as normas da série ISO 14000 motivaram as organizações privadas a investirem em melhorias ambientais por meio de sistemas de gestão ambiental, visando a atender a expectativa de consumidores, de acordo com Moura (2014).

Para as organizações que aderem aos novos conceitos de gestão introduzidos por essas normas, a questão ambiental deixa de ser um tema-problema, para tornar-se parte de uma solução maior – o correto posicionamento da empresa na sociedade, por meio do respeito ao meio ambiente e da qualidade e competitividade de seus produtos. (VALLE, 2012, p. 23).

Nos anos 2000, foi possível observar eventos climáticos anormais em virtude do aquecimento global, entre outros acontecimentos graves. A qualidade da água também foi colocada em pauta, por tornar-se um recurso cada vez mais escasso e caro, devido ao crescimento populacional, às necessidades de irrigação e à poluição (MOURA, 2014).

Diante de tantas mudanças, em 2012 realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio+20. Para Valle (2012), o referido evento infelizmente não trouxe contribuições consistentes com as expectativas da sociedade global. O autor ainda afirma que a atual população mundial “[...] não assegura condições de

sustentabilidade para as próximas gerações no meio ambiente de que dispõe.” (VALLE, 2012, p. 26).

Importante observar que a sustentabilidade pode ser entendida como o “uso dos recursos, de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, de forma que o atendimento das necessidades atuais não comprometa a possibilidade de uso pelas futuras gerações.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014, p. 5).

O “Tripé da Sustentabilidade” destacou-se como um importante direcionador na gestão das organizações:

Nessa visão, é considerado importante que a organização apresente bons resultados financeiros (lucro), mas que, ao mesmo tempo, também obtenha bons resultados ambientais e sociais (responsabilidade social), todos esses fatores interagindo orientando decisões empresariais visando obter a propalada “sustentabilidade”. (MOURA, 2014, p. 16).

Ainda com relação à situação das empresas frente à questão ambiental, Moura (2014) afirma que por exigência do mercado e também graças à evolução dos meios de comunicação, foi constatado que demonstrar qualidade ambiental é importante e há um crescente interesse em melhorar o desempenho ambiental, visto que a preocupação com o meio ambiente é vista como um fator estratégico de competitividade.

Sabe-se que uma organização pode ter diferentes sistemas de gestão, como, por exemplo, um sistema de gestão da qualidade. A determinação de um sistema de gestão tem o intuito de estabelecer a política e os objetivos da organização. Nesse sentido, um sistema de gestão da sustentabilidade pode ser considerado uma forma de estabelecer requisitos para gerir e controlar uma determinada empresa com relação aos aspectos da sustentabilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014).

Para Valle (2012), uma organização também deve contribuir para a qualidade de vida dos colaboradores e da localidade onde atua. Juntamente com a imagem ambientalmente responsável, essa atuação poderá ser um fator determinante para a sustentação da empresa. É necessário que todas as pessoas envolvidas em uma determinada organização, ou seja, dirigentes, administradores, operadores, terceirizados e prestadores de serviços em geral, devem saber identificar os aspectos e impactos ambientais gerados pelas atividades produtivas da

empresa, conforme destaca Valle (2012). O autor ainda afirma que a Educação Ambiental pode ajudar a construir a consciência de que cada indivíduo é responsável pela proteção e conservação do meio ambiente e que um Programa de Educação Ambiental na empresa deve estimular a participação de todos por meio de sugestões e propostas de práticas ambientais.

Nesse sentido, convém compreender que “a Educação Ambiental constitui um processo ao mesmo tempo informativo e formativo dos indivíduos, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida e a de todos os membros da comunidade a que pertencem.” (VALLE, 2012, p. 35).

Por meio da educação ambiental, afirma Leme (2009), é possível transformar as ações cotidianas em experiências capazes de gerar atitudes locais para resolver problemas globais. “Pela educação ambiental pode-se romper os paradigmas que não se adequam a nova realidade e transmitir novos valores aos estudantes, mudando as relações consigo mesmos, com os demais indivíduos e com a natureza.” (LEME, 2009, p. 94).

Para Luzzi (2012), que analisa as relações entre educação e meio ambiente, a educação ambiental “[...] pode ser definida como uma educação que dialoga com o ambiente do qual emerge, considerando as demandas socioambientais e as características que cada cultura possui, abrindo caminho a uma educação dinâmica, transformadora e culturalmente relevante.” (LUZZI, 2012, p. 18).

Outro ponto de vista é colocado por Loureiro (2012), que afirma que

A Educação Ambiental não atua somente no plano de ideias e no da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida. (LOUREIRO, 2012, p. 33).

Já Reigota (2007, p. 28) evidencia que “o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais.”

O saber ambiental, de acordo com Leff (2004), é gerado a partir de paradigmas do conhecimento, de uma problemática social que os questiona e os ultrapassa. O autor também declara com firmeza

O que a problemática ambiental propõe às ciências – quanto à produção de conhecimentos – e às universidades – quanto à formação de recursos humanos – transcende a criação de um espaço acadêmico formado pela integração das disciplinas tradicionais ou a geração de um campo homogêneo e totalizador das “ciências ambientais”, de valor universal. A incorporação do saber ambiental às práticas científicas e docentes vai além de uma exigência de atualização dos currículos universitários a partir da internalização de uma “dimensão” ambiental e de um pensamento ecológico, generalizável aos diferentes paradigmas do conhecimento. (LEFF, 2004, p. 208).

Ao refletir sobre a dimensão ambiental na educação, Guimarães (2003), destaca que

[...] a EA tem o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, possibilitando, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta. (GUIMARÃES, 2003, p. 15).

Luzzi (2012) acredita que a relação educação-ambiente é constituída considerando a complexidade do mundo e principalmente o sujeito como totalidade, além do processo de ensino-aprendizagem, cujas atividades propiciam o enriquecimento do indivíduo e a transformação da realidade. O autor entende que a EA reconhece essa dinâmica e interdependência dessa relação e é resultado de um conjunto de processos e trocas que vão além das atividades que acontecem na sala de aula.

Dessa perspectiva, a ambientalização da educação pode ser entendida a partir da análise de três eixos fundamentais: o epistemológico, que envolve os conteúdos, áreas disciplinares, e a definição de tipos de conhecimento; o pedagógico, que define o sujeito educativo, como se aprende, como se ensina e as estruturas das propostas didáticas; e o organizacional, que se refere à estrutura acadêmica, à instituição e ao governo escolar. (LUZZI, 2012, p. 159).

Em síntese, considerando a Educação Ambiental uma ferramenta para internalizar a dimensão ambiental no âmbito profissional e pessoal, a qual permite relacionar e refletir sobre a realidade, torna-se necessário evidenciar a relevância do papel das instituições de ensino superior, sendo estas também protagonistas no processo de formação de recursos humanos e de produção do conhecimento.

2.1 RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com a velocidade do esgotamento dos recursos naturais, percebe-se que a preocupação com o meio ambiente é um tema em constante evidência. A disseminação da discussão sobre questões ambientais e ecológicas em diferentes camadas e setores da sociedade acaba por envolver também o setor da educação e, conseqüentemente, as Instituições de Ensino Superior (TAUCHEN; BRANDLI, 2006). Essas instituições possuem o importante papel no desenvolvimento de práticas ambientais em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As Instituições de Educação Superior (IESs), de acordo com o Art. 12 do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, conforme sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como faculdades, centros universitários e universidades (BRASIL, 2006a).

Gomes (2010) afirma que o setor produtivo não é o único preocupado em demonstrar um desempenho ambiental adequado e que isso está presente nas discussões tanto de políticas públicas quanto nas IESs. A autora também acrescenta que em função do aumento do interesse de alunos, funcionários e comunidade acadêmica tem feito com que as IESs busquem maneiras de controlar os impactos das suas atividades, afinal, “as universidades, assim como as empresas, têm numerosos aspectos ambientais relacionados a sua atividade diária [...]” (GOMES, 2010, p. 62).

As IESs têm um importante papel na sociedade como responsáveis pela produção e socialização do conhecimento, além da formação de recursos humanos, de acordo com De Conto (2010). Em estudos sobre a gestão de resíduos sólidos, a responsabilidade assumida por uma IES também é evidenciada por Corrêa, Mendes e Corrêa (2010), que sugerem a incorporação de uma política institucional com princípios e práticas sustentáveis, além de um processo de conscientização dos envolvidos em todos os níveis e atividades da organização.

Cabe destacar, também, que as IESs apresentam a vantagem de atuar como polo que congrega diferentes sujeitos e áreas do conhecimento, Essa característica interdisciplinar amplia e potencializa o processo de construção de políticas para a gestão dos resíduos em sua estrutura. (CORRÊA; MENDES; CORRÊA, 2010, p. 228)

Já Coimbra (2011) destaca a necessidade das instituições de ensino, como um dos principais núcleos da sociedade, oportunizar a formação de cidadãos críticos e conscientes ambientalmente. A autora afirma que a educação ambiental pode ser considerada um elemento de fomento às mudanças desde que seja implementada através de práticas a serem aplicadas, não apenas no nível superior, mas em todos os níveis de ensino.

De Conto (2010) afirma que as informações devem ser transformadas em conduta, portanto devem ser de qualidade e continuamente disponibilizadas no meio acadêmico. Sendo assim,

a proposição de um programa de educação ambiental em universidades surge da necessidade de esclarecer e sensibilizar a comunidade acadêmica (alunos, funcionários, professores, administradores, terceirizados, locatários e fornecedores) sobre a responsabilidade e a corresponsabilidade socioambiental de cada indivíduo. (DE CONTO, 2010, p. 27).

Nessa perspectiva, Batista (2014) reflete sobre o espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização, afirmando que

A incorporação da problemática ambiental como dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão, insere-se ou deveria estar inserida nas demandas apresentadas pelos segmentos acadêmicos, como prioridade do projeto institucional e das práticas acadêmicas, compondo assim o conteúdo da responsabilização social e política das universidades diante dos problemas contemporâneos (BATISTA, 2014, p. 187).

As Instituições de Ensino Superior, segundo Kraemer (2004), estão cada vez mais conscientes do papel que devem cumprir na preparação das novas gerações para um futuro sustentável, compartilhando a convicção de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolúvelmente ligados.

Ao estudar sobre a gestão de resíduos em universidades, De Conto (2010) analisou a complexa relação entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças comportamentais, destacando a necessidade de inserir a dimensão ambiental no planejamento das IES e, inclusive, contemplá-la no documento de grande importância para este tipo de organização, qual seja, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A autora ainda vai além, afirmando que as universidades devem, entre outras ações, rever conceitos, prevenir a geração de resíduos e de impactos ambientais, inovar na gestão acadêmica e desenvolver programas de educação

ambiental para a sensibilização (quanto à dimensão ambiental) dos acadêmicos durante sua formação, bem como de toda a comunidade acadêmica – incluindo professores, administradores, fornecedores, entre outros – com um sentido mais humanizado, criterioso e comportamental, ou seja, através de mudanças de atitudes e ações (DE CONTO, 2010).

Corroborando com essa ideia, Batista (2014) afirma que as IES devem repensar o seu papel dentro da sociedade, visto que os trabalhos desenvolvidos pelas mesmas podem ter um efeito multiplicador, pois cada acadêmico, professor ou colaborador, sensibilizado pelas demandas ambientais, interfere e influencia a sociedade nas mais variadas áreas de atuação.

É possível perceber a preocupação crescente de adaptação de instituições de educação superior em busca do desenvolvimento sustentável, não só no aspecto educacional, como também nas práticas de funcionamento ambientalmente corretas, visto que possuem grande responsabilidade no âmbito social. Assim, o trabalho desenvolvido pelas IES pode ter um efeito multiplicador, pois cada acadêmico, professor ou colaborador, sensibilizado pelas demandas ambientais, influencia a sociedade nas mais variadas áreas de atuação.

Nesse sentido, Tauchen e Brandli (2006) analisam a gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior e a responsabilidade das mesmas. Os autores afirmam:

O papel de destaque assumido pelas IES no processo de desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimento, pode e deve ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa. Para que isso aconteça, entretanto, torna-se indispensável que essas organizações comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, seja para iniciar um processo de conscientização em todos os seus níveis, atingindo professores, funcionários e alunos, seja para tomar decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas. (TAUCHEN; BRANDLI, 2006, p. 503)

Há razões e fatores relevantes para a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) numa IES.

Pode-se citar o fato de que as universidades podem ser comparadas com pequenos e médios núcleos urbanos, envolvendo diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação por meio de bares, restaurantes, alojamentos, centros de convivência, entre outras facilidades. Além disso, um campus precisa de infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de coleta de esgoto sanitário e

microdrenagem (coleta de águas pluviais), além de vias de acesso. Precisa, ainda, de uma eficiente rotina de acondicionamento, coleta e transporte dos resíduos gerados pela comunidade acadêmica. (GOMES, 2010, p. 62).

Cabe destacar que no Rio Grande do Sul, algumas das principais IES possuem um SGA implantado ou até mesmo certificação ambiental. De acordo com De Conto et al. (2010), a Universidade de Caxias do Sul – UCS, iniciou ainda na década de 1980 o processo da construção do programa de gerenciamento ambiental institucional por meio da gestão de resíduos. Os autores também evidenciam o Licenciamento Ambiental da universidade, a criação do Instituto de Saneamento Ambiental na Cidade Universitária, a obtenção da Licença de Operação da Estação de Tratamento de Efluentes, entre outras ações. Referente ao processo de sensibilização da comunidade acadêmica, os autores relatam as atividades realizadas ao longo do processo, como por exemplo, cursos e palestras para funcionários, site institucional com informações ambientais e a Semana do Meio Ambiente, que propiciam a socialização das práticas realizadas na universidade com toda a população (DE CONTO et al., 2010).

Já a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS destaca-se pela certificação ISO 14001 obtida em 2004. A referida certificação faz parte da orientação estratégica da instituição, bem como demonstra um compromisso referente à responsabilidade ambiental e social não somente com a comunidade acadêmica, como também com a sociedade em geral (GOMES, 2010).

Campani et al. (2010) evidenciam que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, possui um sistema de gestão ambiental concretizado e que iniciou ainda na década de 1990. Entre os programas e projetos do SGA da UFRGS, os autores destacam: Educação Ambiental, Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental e Certificação Ambiental. “A educação ambiental, que visa a atingir toda a comunidade acadêmica, tem como principal atividade a formação de gestores ambientais da UFRGS [...]” (CAMPANI et al., 2010, p. 93). Nesse sentido, destacam-se a realização de cursos com funcionários sobre conhecimentos básicos na área ambiental; curso de recepção aos técnicos administrativos e docentes e atividade na comunidade próxima a um dos campi da instituição, onde acadêmicos do curso de Engenharia Ambiental atuam com intuito de conscientizar a população sobre os impactos ambientais locais, com foco nos temas resíduos sólidos, água e ar (CAMPANI et al., 2010).

No sul do Estado, na Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Corrêa, Mendes e Corrêa (2010) apresentam as ações realizadas para a construção de políticas para a gestão de resíduos sob a responsabilidade de uma Coordenadoria de Gestão Ambiental. Cabe destacar que a criação deste setor teve início e embasamento a partir da pesquisa de uma tese de doutorado no ano de 2005. Com relação à construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), a partir do enfoque da educação ambiental, os autores relatam sobre o Programa de Educação Permanente e Continuada,

[...] por propiciar ações que estimulam a permanência do sujeito como principal participante do seu processo de construção do conhecimento sobre a gestão dos RSSs numa perspectiva cíclica, contínua e dinâmica, indicando que o pensamento e o conhecimento são provisórios, ou seja, estão em constante processo de vir a ser, conduzindo à descoberta de novos caminhos tanto no âmbito da unidade como na instituição. (CORRÊA; MENDES; CORRÊA, 2010, p. 242).

A experiência em gestão ambiental da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – inicia no ano 2000 por meio da criação da Comissão de Planejamento Ambiental do Campus. Desde então várias ações foram realizadas como, por exemplo, a implantação progressiva da coleta seletiva e o programa de melhoria sanitária em todos os prédios da instituição. Referente à educação ambiental, pode-se destacar o curso de especialização ambiental que resultou, entre outros trabalhos, em uma monografia que verificou o ruído nos bares e restaurantes do município e que forneceu subsídios para a alteração da legislação local. A UFSM também realizou eventos com a temática sobre gerenciamento de resíduos nas universidades e manteve contato com IES estrangeiras, firmando convênios e acordos de cooperação e estimulando o intercâmbio entre docentes e discentes, para fomentar estudos e pesquisas (MARTINS; SILVEIRA, 2010).

Com relação à responsabilidade da universidade ao educar para o desenvolvimento sustentável, Kraemer (2004) afirma que uma das formas de levar a educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares, para que os alunos possam identificar e compreender os problemas que afetam a comunidade onde vivem e ainda para que possam refletir sobre suas próprias ações com relação ao meio ambiente.

Além disso, a temática e as questões socioambientais, para Guerra et al. (2014), são de grande importância na formação de futuros profissionais que ao

exercerem suas atividades, terão um efeito sobre a qualidade de vida e o ambiente em que estão inseridos. Para os autores, é necessário que ao longo da formação acadêmica sejam criados nas IES

espaços democráticos para uma reflexão crítica no sentido de ressignificar conceitos, repensar estilos de vida e de consumo responsável, como possibilidade de enfrentar a crise e às vulnerabilidades frente aos riscos ambientais, em um mundo cada vez mais interdependente e globalizado. (GUERRA et al., 2014, p. 123).

Conforme a percepção de Kraemer (2004)

Na verdade, as universidades são cada vez mais chamadas a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento de uma forma de educação multidisciplinar e eticamente orientada, de forma a encontrar soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento sustentável. Elas devem, portanto, assumir um compromisso para com um processo contínuo de informação, educação e mobilização de todas as partes relevantes da sociedade com relação às consequências da degradação ecológica, incluindo o seu impacto sobre o ambiente global e as condições que garantem um mundo sustentável e justo. (KRAEMER, 2004, p. 16).

Ao analisar as dissertações em educação ambiental nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, Denicol (2013) esclarece que

[...] cabe às Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, conforme o que determinam os princípios e objetivos fixados pela Política Nacional de Educação Ambiental, a capacitação de recursos humanos, no sentido de formação, especialização e atualização de profissionais de todas as áreas do conhecimento, a contribuir com a difusão de instrumentos e metodologias relacionadas à sensibilização para a Educação Ambiental. (DENICOL, 2013, p. 31-32).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída através da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), determina que todos têm direito à educação ambiental, sendo esta desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, incluindo a educação superior. A Lei ainda incumbe às instituições educacionais de promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Considerando a abrangência da universidade, De Conto (2010) propõe algumas maneiras de sensibilizar os envolvidos na comunidade acadêmica por meio de ações de Educação Ambiental, quais sejam:

- 1) Inserção da dimensão ambiental nos programas de integração dos novos professores, colaboradores e alunos da universidade, como também na Semana Acadêmica de todos os cursos;
- 2) Apresentação da política ambiental da universidade em disciplinas básicas dos cursos, contemplando a informação nos programas de ensino para todos os alunos;
- 3) Implantação de trilhas ecológicas a serem desenvolvidas no espaço da universidade, propiciando à comunidade acadêmica e aos demais visitantes conhecer as centrais de armazenamento de resíduos, estação de tratamento de efluentes, vegetação imune ao corte, recursos hídricos (caso ocorra) e demais tecnologias implantadas na instituição no sistema de gestão dos resíduos;
- 4) Criação de uma coluna ambiental nos informativos, jornais, revistas e sites da universidade;
- 5) Criação de um programa ambiental na área de comunicação (rádio e televisão);
- 6) Comemoração da Semana do Meio Ambiente de forma integrada em todos os setores da universidade;
- 7) Disponibilização de informações sobre o combate ao desperdício de água, de energia e de papel nos diferentes setores da instituição, com destaque a salas de aula, laboratórios e sanitários;
- 8) Criação de procedimentos para com o material de divulgação. Uso de notas de rodapé para informar sobre o tipo de papel adotado e como deve ocorrer o descarte;
- 9) Criação de um banco de dados sobre publicações relacionadas a programas e ações ambientais desenvolvidos na universidade;
- 10) Incentivo ao desenvolvimento de teses, dissertações, monografias, estágios, trabalhos de conclusão de cursos e projetos de pesquisa com temas ambientais e, em especial, com a universidade como objeto de estudos;
- 11) Implementação de programas de capacitação dos colaboradores para o manejo correto de resíduos gerados em universidades;
- 12) Criação de peças teatrais utilizando aspectos da política ambiental da universidade como tema principal;
- 13) Incentivo aos alunos, por exemplo, dos cursos de Comunicação, Artes e Letras na criação de livretos de palavras cruzadas utilizando o tema ambiental;
- 14) Inserção da política ambiental da universidade no vídeo institucional;
- 15) Inclusão de informações ambientais, principalmente relacionadas a mudanças de conduta das pessoas em relação à prevenção de geração de resíduos, no sistema de telefonia da universidade (disponibilizar a informação durante a espera telefônica). (DE CONTO, 2010, p. 28-29).

Com relação ao ensino, Luzzi (2012, p. 170) afirma que “a escola, vista como ecossistema, possibilita a construção de uma verdadeira comunidade de aprendizagem, uma organização que aprende da sua própria prática.” Diante disso, pode-se considerar que as instituições de ensino superior, enquanto componente do processo de aprendizagem, também refletem a interação e a vivência entre os seres humanos e o meio ambiente.

Dessa forma, é possível perceber a atuação e a responsabilidade socioambiental (prevista, inclusive, por Lei) de uma Instituição de Educação Superior na construção e no desenvolvimento não somente na educação formal da academia,

como a formação do turismólogo, por exemplo, mas também na continuidade da formação daqueles que já são profissionais, para a sensibilização de todos os indivíduos com a temática ambiental.

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ACADÊMICO

Contextualizando a educação ambiental no âmbito acadêmico, Tomazello (2005) elaborou uma análise das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental catalogadas no Banco de Teses da CAPES, no período de 1987 a 2001. Foi identificado, por meio dos resultados obtidos, que a maioria das dissertações e teses foi realizada em Faculdades de Educação e, em sua maioria, tratam-se de pesquisas qualitativas. Além disso, a pesquisa notou a falta de linhas de pesquisa de educação ambiental nos programas de pós-graduação, em especial na área de educação. A diversidade de áreas, de instituições e de orientadores, sugere que o tema da pesquisa é muito mais uma opção do acadêmico do que uma linha de pesquisa do programa (TOMAZELLO, 2005).

Já Souza e Salvi (2011) elaboraram um mapeamento das dissertações e teses produzidas nas pós-graduações *stricto sensu* brasileiras no período de 2003 a 2007 disponibilizadas no Banco de Teses da CAPES e que possuem como objeto de pesquisa a temática da educação ambiental. As autoras observaram na caracterização da produção realizada, que os cursos da área de Educação tiveram a maior produção e que a grande maioria das pesquisas é caracterizada por dissertações. Segundo esta pesquisa, o Turismo é uma das áreas com menos de 1% do total e ficou agrupado com outras vinte e quatro áreas, totalizando apenas 8,85% de pesquisas com a temática referida.

Nesses estudos, Souza e Salvi (2011) relatam que a produção é distribuída em 103 Instituições de Ensino Superior, destacando-se as instituições privadas. Com relação à distribuição geográfica, foi identificado que a produção engloba todas as regiões do Brasil, tendo destaque as regiões Sudeste e Sul. Com isso, a pesquisa possibilitou ter uma visão abrangente da distribuição e diversidade de pesquisas e da grande quantidade produzida no referido período analisado, apesar de ser possível observar também a fraca representatividade do Turismo com relação à produção científica de dissertações sobre Educação Ambiental.

Seguindo a linha ambiental no Turismo, na sua pesquisa de dissertação, Denicol (2013) analisou a educação ambiental como objeto de estudos nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo no Brasil no período de 1997 a 2011. Ao abordar as relações entre turismo e educação ambiental, a autora propõe que

[...] na busca por transformações nas relações homem-natureza, a introdução da Educação Ambiental seria um instrumento que possibilitaria à atividade de Turismo, de forma consciente, refletir a respeito de mudanças de comportamento de forma individual, e propagar ações coletivas, a favor de atividades produtivas sustentáveis. (DENICOL, 2013, p. 32).

Como resultado da pesquisa de Denicol (2013), apenas cinco dissertações apresentaram a educação ambiental como objeto de estudo no período analisado. Destaca-se que as dissertações são de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): o Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Vale do Itajaí e o Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Diante disso, a autora sugere o desenvolvimento de pesquisas para aprofundar reflexões e investigações científicas em educação ambiental (DENICOL, 2013).

Em se tratando de cursos de graduação na área ambiental, Schenkel (2012) elaborou um estudo do perfil profissional de egressos de cursos superiores em Gestão Ambiental e a formação profissional em cursos de bacharelado e de tecnologia, com objetivo de investigar o perfil profissional do gestor ambiental e os currículos adotados para sua formação. Os resultados obtidos com a pesquisa identificaram que os currículos disciplinares tradicionais apresentaram um grau de limitação maior para a formação do gestor ambiental em relação aos currículos modulares, especialmente no que se refere à formação de uma visão sistêmica das questões ambientais. Com isso, confirmou sua hipótese de que “para atender à complexidade da formação desse profissional, o modelo de ensino e de currículo precisa romper com o modelo predominante no ensino superior brasileiro”. (SCHENKEL, 2012, p. 21).

Andrade (2008) desenvolveu sua pesquisa a fim de analisar o posicionamento de educadores ambientais, docentes de Instituições de Ensino Superior e pesquisadores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

em Educação (ANPEd) em relação à oferta de disciplina Educação Ambiental no ensino superior. Os resultados da pesquisa apontaram que com relação à formação acadêmica, prevaleceu uma formação generalista que contribui para um enfoque interdisciplinar. Foi verificado também que disciplinas de EA são oferecidas em diferentes modalidades (eletiva, obrigatória, optativa) e principalmente nos cursos de licenciaturas, apesar da PNEA vetar este tipo de oferta em cursos de graduação.

O autor ainda identificou uma divergência de opiniões, não havendo consenso referente à inclusão de disciplinas específicas de EA nos currículos do ensino superior. Alguns participantes reconheceram na disciplina “[...] uma alternativa para superar a incapacidade do sistema atual de ensino em incorporar a transversalidade desta temática.” Outros entendem que a inclusão de disciplina específica “[...] significa fragmentar ainda mais o currículo de ensino.” (ANDRADE, 2008, p. 5).

O estudo de Ramos (2006) buscou verificar como as atividades que caracterizam a educação experiencial contribuíram como estratégia de ensino para EA na disciplina de Turismo e Meio Ambiente do curso de graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. O autor afirma que a educação experiencial “pode ser definida como um processo em que os indivíduos constroem conhecimentos, aprendem técnicas e adquirem valores através da experiência direta.” (RAMOS, 2006, p. 4). Por meio dessa pesquisa, foram descritas as práticas de saídas de campo, adotadas como estratégias de ensino de educação experiencial.

De acordo com Ramos (2006), por meio dessas atividades os futuros profissionais de Turismo praticam os conceitos e valores da educação experiencial para valorizar a relação Turismo e ambientes naturais. O autor evidencia ainda que “este processo educativo baseia-se nos princípios da Educação Ambiental em que a interação do indivíduo com ele mesmo, com o grupo e com o ambiente ao redor, são uma premissa para que o processo de reflexão-ação inicie.” (RAMOS, 2006, p. 4).

Com relação à ênfase ambiental nos cursos de bacharelado em Turismo, Lobo (2008) elaborou um estudo com objetivo de analisar os cursos de bacharelado em Turismo com ênfase e/ou habilitação em áreas afins ao meio ambiente e identificar diferenças e semelhanças quanto à matriz curricular, ementas e infraestrutura. Com base em um estudo de caso envolvendo três cursos de IES públicas que abordam diretamente a ênfase ambiental em seus objetivos, os

resultados identificaram que os referidos cursos ofertam uma carga horária dedicada aos temas ambientais que varia entre 15,65% e 18,91% do total de sua integralização curricular (LOBO, 2008). Através dessa pesquisa é possível considerar que mesmo em cursos de graduação em Turismo com ênfase ambiental, a carga horária específica para a abordagem de temas ambientais é pequena e não alcança nem um quarto da carga horária total.

Já a pesquisa realizada por Bernardo (2010) verificou o grau de inserção da abordagem da sustentabilidade socioambiental nos cursos de graduação em turismo oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro. Para isso, a autora fez uma análise por meio das disciplinas que tratam da sustentabilidade para identificar a visão preponderante adotada na formação dos bacharéis em turismo. Entre os resultados do estudo, verificou-se que a abordagem da temática ambiental predominante é a naturalista, ou seja, que enfatiza os aspectos biológicos e técnicos em detrimento da complexidade da questão ambiental em seus aspectos sociocultural e suas dimensões ética e política. A autora também destacou a necessidade de formação para a sustentabilidade socioambiental para os docentes (BERNARDO, 2010).

Outro exemplo de pesquisa científica relacionada à graduação foi a de Villa Gonzalez (2008), que realizou um estudo acerca da temática ambiental e os cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo. Por meio do levantamento de dados identificaram-se cento e vinte e quatro cursos de Turismo no referido Estado, sendo que cento e dezoito proporcionam uma formação generalista e seis apresentam ênfases em suas propostas. Desses seis cursos, um oferece enfoque em Meio Ambiente, três em Ecoturismo, um em Hotelaria, e um em Turismo Rural. Os resultados obtidos revelaram que a temática ambiental é tratada de maneira pouco aprofundada em grande parte dos cursos analisados, sendo que apenas três cursos apresentaram um nível de ambientalização curricular bastante avançado (VILLA GONZALEZ, 2008).

A autora afirma que os profissionais do Turismo desempenham um papel importante para a definição dos rumos que a atividade turística tomará em nosso país e quais contribuições poderão trazer para o alcance de novas formas de relação sociedade-natureza. Assim, Villa Gonzalez (2008) destaca que a relação da dimensão ambiental com o turismo é merecedora de mais pesquisas, principalmente em relação ao que se discute nos cursos de ensino superior.

Ao refletir sobre a educação ambiental crítica e nas correlações com o conhecimento científico, Silva (2009) afirma que

A Educação Ambiental Crítica necessita se posicionar com relação ao ensino formal, inclusive na formulação de metodologias – e não apenas no não-formal ou informal. Mas, sobretudo, constituir-se enquanto Projetos Políticos Pedagógicos das sociedades que busquem novas e diferenciadas formas de viver coletivamente. Nesse sentido, contribuir para o processo de aprendizagem social para a transformação do indivíduo, da sociedade e da base material que lhe seja compatível. (SILVA, 2009, p. 167).

A educação ambiental assume o compromisso de construir uma consciência para a compreensão da relação e da interação dos indivíduos com o ambiente e, se bem desenvolvida e aplicada, pode contribuir para a reflexão e a mudança de comportamentos individuais e coletivos em torno do tema. Para Dias (2003) a educação ambiental é “um processo por meio do qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade.” (DIAS, 2003, p. 100).

Nesse sentido cabe a contribuição de Coimbra (2011), afirmando que

a Educação Ambiental apresenta-se, hoje, como um modelo de Educação que pode contribuir com as mudanças estruturais necessárias e prementes ao mundo, envolvendo estilos sustentáveis de vida, ética, padrão cultural e equidade compatíveis com a Sustentabilidade. (COIMBRA, 2011, p. 25)

Sobre a relação entre a educação ambiental e o turismo, Leme (2009) afirma que a EA pode contribuir na formação profissional por meio de uma visão holística da realidade e na capacitação dos estudantes para que sejam futuros educadores ambientais.

Como é sabido, o turismo pode beneficiar ou prejudicar o ambiente social e ambiental em igual proporção. Isto depende frequentemente da maneira como atuam os profissionais da área de acordo com o grau de visão ecológica e sistêmica do mundo que tenham. Os profissionais de todas as áreas, e especificamente da área do turismo, devem ser capazes de atender as demandas da sociedade atual apresentando uma visão integrada da realidade para compreender que toda ação realizada em qualquer parte afeta o equilíbrio geral do planeta. Tanto o profissional quanto o educador do século XXI deve ser capaz de pensar suas ações como geradoras de mudanças e planejá-las com objetivo de produzir mais benefícios do que prejuízos. (LEME, 2009, p.93, tradução nossa).

Portanto, é possível perceber a importância da abordagem da educação ambiental como um elemento para a construção e o exercício da cidadania. Além disso, é válido ressaltar o papel da mesma ao longo da formação profissional de cada indivíduo, sendo desenvolvida processualmente e de forma continuada para que sejam fomentadas reflexões, posturas e atitudes críticas com relação à dimensão ambiental.

2.3 TURISMO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL

De uma maneira geral, pode-se dizer que o turismo é considerado uma importante atividade resultante do movimento de pessoas em busca de lazer ou outra motivação, que necessita de um planejamento eficaz e integrado com a comunidade receptora. O desenvolvimento da atividade turística interfere não somente nas atividades econômicas, mas também nas atividades políticas, sociais, culturais e ambientais. Para Moesch (2000)

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2000, p. 9).

É possível considerar que o turismo se constitui em uma atividade de grandes impactos, nos quais se incluem os ambientais. Com relação à dimensão ambiental no turismo e ao desenvolvimento sustentável, Botelho (2007) afirma que

Para a compreensão de um outro olhar sobre o turismo, é importante considerar os pilares da questão ambiental, os quais permitem (re)ordenar as ações e visões em congruência com o entorno ambiental, a condição e resultado da ação humana. A questão ambiental foi e é objeto de discussão em foros nacionais e internacionais, que vêm enfocando medidas preventivas, corretivas e de controle das atividades, adotando uma antiga diretriz de sustentabilidade, agora denominada desenvolvimento sustentável. (BOTELHO, 2007, p. 62).

Sobre o fenômeno turístico – seus variados aspectos e a necessidade da formação específica – destaca-se que

Suas dimensões econômicas, influências sócio-culturais e implicações ambientais fazem que não possa ser entendido unidimensionalmente. Atualmente, as profundas mutações que estão ocorrendo na situação mundial no que se refere aos problemas econômicos e políticos, aos avanços tecnológicos e à estrutura das sociedades diante de novos padrões comportamentais, dão origem a frequentes oscilações na demanda turística – tanto quantitativas como qualitativas – requerendo constantes adaptações dos responsáveis pela atividade às novas situações. (TOMELIN; RUSCHMANN, 2013, p. 223).

Em se tratando de herança histórica, o desenvolvimento do turismo no Brasil acompanhou – e vem acompanhando naturalmente – as mudanças econômicas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais do país.

Na década de 1970, o país estava em pleno “milagre econômico”, com investimentos estrangeiros e perspectivas otimistas em relação à economia local. Por exemplo, a hotelaria nacional ampliou a qualidade dos serviços e a vinda das cadeias hoteleiras internacionais impulsionou investimentos no setor (SOLHA, 2002).

Com a expansão do setor privado e o incremento nos negócios turísticos, surgiu também a necessidade de profissionais capacitados. “Assim, surgiram os primeiros cursos superiores de turismo (de bacharelado), concentrados na cidade de São Paulo, e oferecidos por instituições de ensino privadas.” (SOLHA, 2002, p. 137). O Quadro 1 apresenta a relação das primeiras instituições de ensino superior que ofertaram o Curso de Bacharelado em Turismo no Brasil.

Quadro 1 – Primeiras Instituições de Ensino Superior que ofertaram o Curso de Bacharelado em Turismo

Ano	Instituição de Ensino
1971	Faculdade de Turismo Morumbi
1972	Escola de Comunicações e Artes - USP
1972	Faculdade Ibero-Americana
1974	Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro
1974	PUC – Campinas/SP
1976	Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista

Fonte: adaptado de Solha (2002).

Com relação à regulamentação legal, a educação superior de turismo surgiu a partir da Resolução s/nº de 28 de janeiro de 1971 do Conselho Nacional de Educação, revogada em 2006 quando foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo – Bacharelado, através da Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006 (BRASIL, 2006b).

Sogayar e Rejowski (2011) ressaltam os dois modelos de formação acadêmica que se desenvolveram nessa época, a partir do caráter multidisciplinar.

Importa destacar que se estabeleceram dois modelos de formação superior em Turismo, os quais nortearam a maioria dos bacharelados no país: o da então Faculdade de Turismo do Morumbi, com foco na formação profissional voltado para o mercado; e o da USP, com foco na formação acadêmica com maior fundamentação nas ciências humanas e sociais. O primeiro era um modelo seguido principalmente pelas faculdades isoladas privadas, e o segundo pelas universidades públicas e privadas, estas últimas confessionais (religiosas). No entanto, ambas buscavam a integração de conhecimentos multidisciplinares por meio do planejamento turístico, contemplado na grade curricular a partir do terceiro ano. (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 286).

No Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul foi a IES pioneira no Brasil ao ofertar o primeiro curso superior em hotelaria, em 1978, tornando-se referência na área de turismo e hospitalidade na região sul do país. Já o curso de bacharelado em Turismo desta IES surgiu em 1994 no campus universitário da cidade de Canela/RS (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2014a; 2014b).

Paralelamente ao surgimento dos primeiros cursos superiores de Turismo, iniciaram-se também os primeiros eventos científicos na área, que contribuíram para as discussões acadêmicas sobre o setor, discutindo acerca da realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades da área. Entretanto, as publicações científicas nacionais ainda eram consideradas raras (SOLHA, 2002).

A década de 1980 caracterizou-se pela retração de novos cursos na área. A retomada da expansão seria somente a partir dos anos 1990, quando a educação superior de turismo surge novamente com uma formação profissional voltada para atender demandas do mercado (BERNARDO, 2010).

De acordo com Sogayar e Rejowski (2011), nos anos 2000 a maioria da oferta de cursos superiores em turismo/hotelaria era feita pelas instituições privadas, ou seja, apenas 6% do total de cursos eram ofertados pelas instituições públicas.

Dentre as razões que levaram as Instituições de Ensino Superior (IES) à criação de cursos, a principal era a existência de demanda mediante a percepção do potencial do mercado com retorno financeiro, visto que necessitava de investimentos bem menores do que outros cursos como na área da saúde ou direito (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 287).

Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo – Bacharelado (BRASIL, 2006b), Bernardo (2010) aponta que as mesmas foram

criadas pelo Ministério da Educação por meio de uma comissão de especialistas em turismo, a fim de dar qualidade aos cursos de graduação da área e tentando evitar as críticas com relação ao modelo vigente direcionado ao mercado.

O Art. 4º dessa Resolução prevê dezenove competências e habilidades que os cursos de graduação em turismo devem desenvolver na formação profissional, quais sejam:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética. (BRASIL, 2006b, p. 2-3).

Apesar de não contemplar clara e diretamente a dimensão ambiental, pode-se considerar que competências e habilidades como elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo e domínio de técnicas para o planejamento e operacionalização de inventário turístico (entre outras previstas), pressupõem a internalização da dimensão ambiental para que sejam desenvolvidas adequadamente.

Bridi e Santos (2012) também fazem uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo. Sobre as competências e habilidades contidas nas Diretrizes, os autores apontam que não há distinção conceitual entre competências e habilidades explícita no documento legal. Além disso, destacam que “[...] mesmo focalizando a dimensão econômica do turismo, não se restringem ao “mercado” das organizações turísticas privadas, tampouco poderiam ser caracterizadas como de caráter ‘economicista.’” (BRIDI; SANTOS, 2012, p. 103).

Os autores evidenciam ainda que as competências propostas

[...] vão além do caráter técnico-operacional, enfatizando, para a formação profissional, a importância da atitude reflexiva, apesar de não fazerem referência, ao menos explicitamente, à dimensão humana do turismo e de apresentarem como foco principal, para a capacitação do turismólogo, o mercado turístico. (BRIDI; SANTOS, 2012, p.13).

Cabe destacar que os autores depreendem competência como a capacidade resultante da articulação entre saberes, fazeres e atitudes (BRIDI; SANTOS, 2012).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo apresentam os aspectos estruturais do Modelo de Enquadramento¹, quais sejam: perfil do formando, competências e habilidades, componentes curriculares, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, sistema de avaliação, monografia,

¹ “Documento elaborado para orientação dos trabalhos das comissões de especialistas como homogeneizador de formatos e conceitos” (BRIDI; SANTOS, 2012, p. 88).

projeto de iniciação científica ou projeto de atividade como Trabalho de Conclusão do Curso. Entretanto, Bridi e Santos (2012) fazem um apontamento destacando que

A leitura do texto leva a identificar o intuito aglutinador de propostas diversas, o que estaria na base particularmente de imprecisões conceituais, de critérios de análise, ou mesmo, de incongruências na caracterização do curso e do bacharel, algumas, talvez, em função de tratar-se de uma redação preliminar (BRIDI; SANTOS, 2012, p. 92-93).

Ampliando a questão legal, Sogayar e Rejowski (2011) fazem uma importante análise acerca da educação em turismo no país:

o ensino superior em turismo no Brasil, normalmente vinculado a instituições privadas, oscila conforme a sua demanda e a necessidade de qualificação de recursos humanos. Nesse movimento, se fragmenta em outros cursos da área de hospitalidade, se “reinventa” tanto em relação ao seu formato (bacharelado, de tecnologia ou sequencial) quanto ao seu conteúdo em um afã de estar alinhado à realidade do mercado. (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 287).

A profissão de turismólogo foi reconhecida através da Lei nº 12.591 de 18 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012a). Cabe destacar que a referida Lei em seu Art. 2º considera como atividades do turismólogo:

- I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;
- II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;
- III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;
- IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;
- VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;
- VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;
- IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;
- X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;
- XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;
- XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;

- XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;
- XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;
- XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;
- XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico. (BRASIL, 2012a).

Ao analisar as atividades as quais o turismólogo se responsabiliza verifica-se somente no item II do Art. 2º que a dimensão ambiental está relacionada na coordenação e orientação de trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico. Entretanto, é possível observar nos demais itens da referida Lei que não há informações explícitas com relação à dimensão ambiental.

Importante evidenciar que o mercado de trabalho na área do turismo é amplo e diversificado. O turismólogo pode atuar tanto no setor privado, como, por exemplo, em meios de hospedagens, agências de viagens, empresas organizadoras de eventos, quanto no setor público, em órgãos relativos ao turismo. Além disso, o turismólogo também pode atuar como profissional autônomo ou ainda no ensino.

Nesse sentido, Bernardo (2010) destaca que, pela demanda do mercado globalizado, os profissionais do setor turístico devem ter domínio de práticas sustentáveis. “[...] a adoção de práticas sustentáveis é consequência das pressões vindas de várias partes: legislação turística e ambiental, comunidades receptoras, acionistas das empresas turísticas e consumidores dos produtos turísticos.” (BERNARDO, 2010, p. 17).

Bernardo (2010) ressalta também que a graduação em turismo deve incorporar a educação ambiental, haja vista que a PNEA estabelece que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não- formal.

Ao discutir teoricamente o problema epistemológico no turismo, Panosso Netto (2003) fez um levantamento dos autores brasileiros que tratam desta temática

no país. O autor destaca a professora Marutscka Martini Moesch, afirmando que em sua obra “A Produção do Saber Turístico” a autora analisa a interpretação do conhecimento em turismo, afirmando que o fenômeno turístico foi estudado priorizando a relação na área econômica, pragmática e consumista. Em outras palavras, Moesch questiona a produção do conhecimento turístico, afirmando que a lógica de mercado se adiantou à pesquisa científica sobre o tema turismo. A autora ainda aponta que o turismo está ligado diretamente ao setor produtivo, privilegiando o saber sistemático, ensinando o “saber fazer” e esquecendo-se do “fazer saber”. (PANOSSO NETTO, 2003).

Moesch (2000) também aborda acerca da diversidade dos tipos de estudos realizados na área, afirmando que são fragmentados e desarticulados, além de serem “reduzidos às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo”. (MOESCH, 2000, p. 13). Em suas próprias palavras

A pragmática do fazer antecipou a pesquisa científica, numa lógica brutal de mercado, e o espírito científico, ocasionalmente posto na produção do conhecimento, implica a ideia de mera performance para o setor produtivo, na lógica de comercialização das informações como produto. (MOESCH, 2000, p. 17).

Ao discorrer acerca da educação superior, Dencker (2002) evidencia que

As visões mecanicistas devem ser superadas dando lugar a uma formação holística, capaz de gerar novas respostas e de criar alternativas promissoras [...]. É preciso buscar soluções éticas em que a ciência se apresente engajada não apenas na produção, mas na aplicação do conhecimento. (DENCKER, 2002, p. 45).

Com isso, destaca-se a importância da educação ambiental contemplada no curso de bacharelado em turismo, para que estudos e pesquisas na área rompam com essa lógica economicista de mercado e dialoguem com a abordagem ambiental em todos os aspectos – econômicos, históricos, culturais, sociais, entre outros.

A formação profissional ampla exige o engajamento com a atividade. O turismo desenvolve-se no espaço geográfico e depende fundamentalmente da qualidade do meio ambiente, da preservação da natureza e dos aspectos culturais. A atuação no mercado exige do profissional a conscientização de seu papel junto às comunidades receptoras, tanto no que se refere ao tratamento dispensado aos turistas, como na preservação dos seus valores culturais e dos bens naturais. (TOMELIN; RUSCHMANN, 2013, p. 234).

Sendo assim, no que se refere ao turismólogo, cabe reafirmar que o profissional deve ter a sensibilidade de dominar e internalizar a dimensão ambiental no exercício de sua profissão, haja vista a atual emergência que os problemas ambientais evocam, obrigando a sociedade pós-moderna a refletir e a questionar suas atitudes, formas de (con)viver e pensar o mundo.

Sobre a formação acadêmica no ensino superior, é possível observar que

[...] o modelo conceitual e o desenho curricular do projeto pedagógico dos cursos de graduação são orientados para a organização das disciplinas, a seleção dos conteúdos, a definição das abordagens pedagógicas e epistemológicas norteadoras dos processos de ensino e aprendizagem, os projetos disciplinares e/ou interdisciplinares a serem desencadeados. (FERRI; HOSTINS, 2013, p. 237).

Buratto; Tomelin e Hostins (2013) consideram que o projeto pedagógico

busca apresentar um perfil singular, revelando, em sua estrutura dinâmica de atuação, uma sintonia com a sociedade atual, cujas exigências apontam para o surgimento de novas profissões e para profissionais com capacidade de adaptação às novas situações. (BURATTO; TOMELIN; HOSTINS, 2013, p. 150).

Diante disso, os autores afirmam que na formação em Turismo as disciplinas norteiam-se pela multi e interdisciplinaridade. A abordagem multidisciplinar remete basicamente à questão quantitativa, quando as disciplinas são independentes uma das outras e ainda

envolve diversas disciplinas voltadas à compreensão de um mesmo problema ou questão. Dessa forma, cada disciplina contribui com seu próprio corpo de conhecimentos, sem necessariamente estabelecer relações entre as ideias das diferentes áreas envolvidas; o estudante é quem constrói essa integração. (BURATTO; TOMELIN; HOSTINS, 2013, p. 151).

Com relação à interdisciplinaridade, é possível considerar que uma proposta pedagógica com esta abordagem caracterizar-se-ia pela integração de ideias no intuito de “[...] promover relações entre os conceitos das diversas disciplinas entre si e com o campo de estudo.” (BURATTO; TOMELIN; HOSTINS, 2013, p. 151).

Já a abordagem transdisciplinar

Parte de um problema ou indagação e, por meio da metodologia de resolução de problemas, aciona os conhecimentos daquelas disciplinas que possam contribuir para encontrar a resposta ou a solução, a transdisciplinaridade por sua vez, corresponde ao mais alto nível de integração entre as disciplinas. (BURATTO; TOMELIN; HOSTINS, 2013, p. 151).

Retomando os aparatos legais, no Brasil, o processo de avaliação dos cursos superiores é conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação. O instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado (INEP, 2015).

Na versão do instrumento do ano de 2012, destaca-se o dispositivo legal de número 13 que consta neste documento, relacionado ao cumprimento da Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) e do Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002). A explicitação do dispositivo está assim apresentada: “Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente?” (INEP, 2012, p. 27).

Entretanto, no ano de 2015 foi disponibilizada uma nova versão deste documento, onde as referidas Leis são descritas como requisitos legais e normativos, itens essencialmente regulatórios. Nesta nova versão, a explicitação está de uma maneira diferente da versão anterior, sendo assim apresentada “A IES se manifestou em relação ao requisito?” Com as opções “Sim” ou “Não” para serem assinaladas e ainda um campo para a descrição ou justificativa do que foi evidenciado na avaliação. (INEP, 2015, p. 38).

Importante destacar que com a nova versão do referido documento, não há a ênfase anteriormente dada à integração da educação ambiental de forma transversal, contínua e permanente.

A questão da transversalidade relacionada à educação ambiental é muito pertinente, considerando não somente os aspectos legais constantes no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a PNEA (BRASIL, 2002), mas também os aspectos referentes ao ensino. Esse mesmo Decreto estabelece que

Art. 5º Na **inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino**, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - **a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente.** (BRASIL, 2002, grifo nosso).

Na educação, a transversalidade, para Moruzzi e Moruzzi (2010, p. 23), é considerada como um princípio que norteia propostas pedagógicas e que “[...] possibilita resgatar o conhecimento em suas múltiplas dimensões.” Diante disso, é relevante compreender que

A transversalidade pressupõe pontos de encontro das distintas áreas do saber que primam pelo conhecimento do objeto em sua totalidade. Assim, os conteúdos são atravessados, não como elementos de intersecção entre áreas, mas como partes da totalidade, que encontram sentido com outras interconexões. (LIMA, 2008, p. 462).

Convém salientar ainda que a Política Nacional de Educação Ambiental determina que a Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Porém, quando se fizer necessário, nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental é facultada a criação de disciplina específica (BRASIL, 1999).

Diante disso, pode-se verificar que a Educação Ambiental deve ser compreendida sob o enfoque da transversalidade. Dessa forma pode ser integrada ao projeto pedagógico de curso, permeando todos os pilares que embasam esse documento. Logo, para a formação profissional em Turismo – área essencialmente multidisciplinar – isso não é diferente, haja vista as relações que se estabelecem entre as diversas áreas do conhecimento que dialogam com o Turismo.

3 METODOLOGIA

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

No campo das ciências humanas e sociais, a utilização de documentos na pesquisa acadêmica precisa ser apreciada e valorizada, visto que possibilita uma compreensão contextual no intuito de ampliar o entendimento de determinado objeto de estudo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Existe uma proximidade entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, entretanto, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a diferença está na natureza das fontes.

A pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Referente aos tipos de fontes de informação, Luna (2000) evidencia que o documento pode assumir diferentes formas. As fontes documentais são denominadas como fontes primárias (diretas) e secundárias (indiretas). O autor esclarece que quanto mais 'oficial' for um documento, mais primária será a fonte. Logo, para esta pesquisa, serão consultados documentos de fontes primárias.

Dencker (2003, p. 125) destaca que as fontes documentais podem ser "documentos de primeira mão conservados em arquivos de instituições públicas e privadas ou pessoais" e ainda afirma que os documentos são fontes estáveis de dados.

Considerando a grande variedade de tipos de documentos escritos, Cellard (2010) os categoriza, de uma maneira geral, em documentos públicos e documentos privados. Os documentos públicos são categorizados ainda em arquivos públicos e documentos públicos não-arquivados. Os arquivos públicos caracterizam-se por serem uma documentação volumosa e nem sempre acessível. São exemplos os arquivos governamentais ou os arquivos de natureza jurídica. Como documentos públicos não-arquivados têm-se revistas, periódicos e demais documentos distribuídos (anúncios, publicidade, circulares, entre outros).

Já os documentos privados são divididos em arquivos privados e documentos pessoais. Os arquivos privados caracterizam-se como aqueles não pertencem ao domínio público como, por exemplo, documentos de organizações políticas, sindicatos, comunidades religiosas, empresas, entre outras organizações. A categoria referente aos documentos pessoais inclui correspondências, documentos de família, autobiografias, entre outros exemplos (CELLARD, 2010).

Para esta pesquisa os documentos analisados podem ser caracterizados como documentos públicos e estão disponibilizados nos endereços eletrônicos das respectivas instituições.

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Para Cellard (2010) o documento caracteriza-se como uma fonte preciosa para o pesquisador e a análise documental consiste em um método de coleta de dados que elimina parcialmente a dimensão da influência do pesquisador sobre o sujeito.

Na análise documental inicialmente deve ser feita a localização dos textos pertinentes e a avaliação da sua credibilidade e da sua representatividade. Com relação à autenticidade e a confiabilidade do texto, torna-se importante verificar a procedência do documento e assegurar-se quanto à qualidade da informação transmitida (CELLARD, 2010).

Existem cinco dimensões da análise documental, de acordo com Cellard (2010): o contexto; o autor ou os autores; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto e os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Analisar o contexto social global é quando o pesquisador consegue “[...] compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos.” (CELLARD, 2010, p. 300). Com relação ao autor (ou autores) de um documento, destaca-se que

Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada a alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento. (CELLARD, 2010, p. 300).

Também é considerado essencial verificar a procedência do documento, isto é, informar-se sobre a autenticidade e a confiabilidade do texto. Cellard (2010) observa que, em alguns casos, determinados documentos podem ser disponibilizados por intermediários e conter possíveis erros de transmissão. Já levar em consideração a natureza do texto é relevante, pois a estrutura textual pode ter uma grande variação. Os documentos médicos ou jurídicos, por exemplo, “[...] são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção.” (CELLARD, 2010, p. 302).

Referente à compreensão do sentido dos termos utilizados e à delimitação dos conceitos, cabe destacar que “deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados.” (CELLARD, 2010, p. 303).

Após essa análise preliminar, reúnem-se todas as partes para conseguir uma interpretação coerente para a pesquisa. Cellard (2010) afirma que as abordagens indutiva e dedutiva se conjugam e que é por meio do

[...] encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento. (CELLARD, 2010, p. 304).

Para Cellard (2010), a riqueza, o refinamento e a profundidade da análise documental provêm da qualidade da informação, da diversidade das fontes utilizadas, bem como de suas corroborações e intersecções. Tem-se, então, a sincronicidade, quando o raciocínio se constrói repentinamente e a soma de ideias ou pensamentos formam uma explicação.

3.3 SELEÇÃO DE DOCUMENTOS LEGAIS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando a inter-relação das áreas Turismo, Meio Ambiente e Educação, inicialmente foram elencados documentos públicos legais, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a fim de verificar como a dimensão ambiental está estabelecida nestes documentos. Foram selecionados, portanto, os respectivos

documentos das esferas públicas: federal e estadual. Após o dimensionamento macro deste cenário, partiu-se para a documentação específica dos objetos de estudo: os projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo.

Diante disso, tem-se então o seguinte corpo documental:

- a) Constituição Federal Brasileira;
- b) Política Nacional do Turismo (Lei Geral do Turismo);
- c) Plano Nacional de Turismo (2013-2016);
- d) Política Nacional do Meio Ambiente;
- e) Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA);
- f) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002;
- g) Política Estadual de Educação Ambiental – RS;
- h) Plano Nacional de Educação;
- i) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- j) Instrumento de Avaliação Institucional Externa;
- k) Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância;
- l) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- m) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo – Bacharelado;
- n) Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul;
- o) Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas;
- p) Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA.

Para analisar como a dimensão ambiental está integrada nesses referidos documentos, foram elencadas palavras-chave e realizado um processo de busca em cada um dos documentos. Para evitar redundâncias, as palavras-chave foram divididas em dois grupos: palavras-chave da dimensão ambiental e palavras-chave da dimensão educacional.

As palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental cuja busca foi feita nos documentos referentes ao Turismo e à Educação são:

- a) Ambiental;
- b) Educação Ambiental;

- c) Sustentabilidade;
- d) Gestão Ambiental;
- e) Sustentável;
- f) Meio Ambiente;
- g) Desenvolvimento Sustentável;
- h) Gestão da Sustentabilidade.

As palavras-chave relacionadas à dimensão educacional cuja busca foi feita nos documentos referentes ao Meio Ambiente são:

- a) Educação;
- b) Ensino;
- c) Pesquisa;
- d) Projeto pedagógico;
- e) Currículo;
- f) Instituições de Ensino Superior.

Seguindo a mesma lógica para o critério de seleção dos documentos (cenário macro), a escolha das referidas palavras-chave parte pelo disposto no maior documento legal brasileiro, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o qual estabelece o conjunto de regras de governo que rege o ordenamento do país e, nesse sentido, estabelece, portanto, regras que tratam da educação, do meio ambiente e do ensino no Brasil. Além disso, a seleção das palavras-chave foi baseada em referenciais teóricos de gestão de organizações e nos próprios documentos utilizados para a referida pesquisa.

Após a realização da pesquisa online, os documentos foram salvos no formato PDF e foi utilizado o recurso “Ctrl+F” para realizar o processo de busca das palavras-chave. O processo de busca das palavras-chave foi feito com o objetivo de facilitar a análise de como a dimensão ambiental é abordada e está integrada ao conteúdo de cada documento, possibilitando a reflexão sobre a relação entre Educação, Turismo e a dimensão ambiental.

Referente ao processo de contagem e contabilização das buscas, é importante ressaltar que as palavras-chaves repetidas (ambiental; sustentabilidade; sustentável e ensino) foram deduzidas da contagem quando se repetem e formam uma nova expressão (educação ambiental; gestão ambiental; gestão da sustentabilidade e instituições de ensino superior).

Para atingir o objetivo específico inicial de analisar a missão, a visão e os valores das IESs em estudo sob a ótica da dimensão ambiental, foi feita uma consulta aos endereços eletrônicos institucionais, nos quais se encontram disponibilizadas estas informações. Após a consulta online, foram apresentados estes princípios institucionais, destacando aqueles que estão vinculados à dimensão ambiental. Com relação à apresentação das práticas ambientais desenvolvidas pelas referidas IESs, também foi realizada uma busca nos respectivos endereços eletrônicos para evidenciar as ações desenvolvidas nas instituições pesquisadas.

Já para conseguir atingir os objetivos de analisar o projeto pedagógico do curso e as ementas das disciplinas da matriz curricular vigente e para identificar quais disciplinas dos cursos em estudo contemplam a dimensão ambiental, foi realizada a leitura na íntegra e feita uma análise conforme a disponibilização dos documentos institucionais, quais sejam: projeto pedagógico e matriz curricular vigente de cada curso em estudo.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.4.1 Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil e no Rio Grande do Sul

No Brasil, hoje estão em atividade 473 cursos de turismo em IESs públicas e privadas, sejam eles sequenciais, tecnólogos, bacharelados ou licenciaturas, ofertados na modalidade presencial e a distância. Desse número total, 342 são cursos de bacharelado em turismo, sendo que 339 são ofertados na modalidade presencial e apenas três na modalidade a distância. As IESs públicas são responsáveis pela oferta de 54 cursos e as IESs privadas, 288 cursos de bacharelado em turismo no país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016)².

Referente ao Rio Grande do Sul, ainda de acordo com dados do Ministério da Educação (2016), existem em atividade 29 cursos de graduação em turismo nos níveis tecnólogo ou bacharelado, ofertados nas modalidades presencial e a distância. Em se tratando de IESs, cinco cursos são ofertados em IESs públicas e 24 em IESs privadas. Deste total, com relação ao grau, doze cursos são tecnólogos e

² Esses resultados foram obtidos através de pesquisa no Sistema e-MEC do Ministério da Educação.

17 são cursos são de bacharelado, ou seja, no Estado não há oferta de curso de graduação em turismo sequenciais ou licenciaturas.

Para a presente pesquisa, foram selecionados os cursos de bacharelado em Turismo no Rio Grande do Sul como objeto de estudo. Os 17 cursos de bacharelado em Turismo existentes em atividade no Estado são ofertados tanto na modalidade presencial (15) quanto a distância (dois). Com relação às instituições, observam-se duas IESs públicas (Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Rio Grande) e doze IESs privadas (Faculdade Serrana, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Feevale, Faculdade IDEAU, Universidade Católica de Brasília, Centro Universitário Metodista IPA, Faculdades Integradas de Taquara, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Centro Universitário La Salle, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade do Sul de Santa Catarina e Faculdade Estácio do Rio Grande do Sul).

Diante deste cenário, foram selecionados somente os cursos de bacharelado em Turismo das IESs que disponibilizam os projetos pedagógicos dos cursos nos seus respectivos endereços eletrônicos. O período de busca deste critério foi de novembro a dezembro de 2015.

Sendo assim, depois de realizada a pesquisa online para verificar o referido critério, têm-se os seguintes objetos de estudo: o curso de bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2014b), o curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2013) e o curso de bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2014b).

3.4.2 Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul

A Universidade de Caxias do Sul – UCS é uma Instituição de Ensino Superior, com atuação no campo do ensino, pesquisa, inovação e extensão, criada no ano de 1967 de caráter comunitário e regional, localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com área de abrangência em cerca de 70 municípios. Caracterizada como uma IES multicampi, a UCS possui unidades em nove cidades, sendo que o campus sede está localizado na cidade de Caxias do Sul. As demais unidades universitárias estão localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria,

Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis e São Sebastião do Caí (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, [201-]a).

A universidade possui 85 cursos de graduação, 13 programas de pós-graduação *stricto sensu* com 14 mestrados e seis doutorados. Além disso, também possui 70 cursos de especialização em diversas áreas do conhecimento. Com relação ao corpo docente da instituição, são 1,1 mil professores titulados atuando em 800 laboratórios e 759 salas de aula. Já o corpo discente é composto por 37 mil estudantes matriculados em todos os níveis de ensino (graduação, pós-graduação, extensão, ensino médio e técnico). Com relação à pesquisa, a UCS registrou 103 grupos de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em diversas áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, [201-]a).

O curso de bacharelado em Turismo é um dos cursos de graduação do Programa de Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. Ainda fazem parte do programa os cursos de tecnologia em eventos, tecnologia em gastronomia e bacharelado em hotelaria (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2014b).

Além desses cursos de graduação, destaca-se a criação do Mestrado Acadêmico em Turismo em 2001. Recentemente, no ano de 2015, o Programa passa a ser nomeado como Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade e também começa a ofertar o Doutorado em Turismo e Hospitalidade (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2016).

A UCS é uma instituição de ensino superior referência no Rio Grande do Sul, sendo considerada pioneira na oferta de cursos na área da hospitalidade. Ainda na década de setenta, precisamente em 1978, foi implementado o curso superior de hotelaria. O curso de bacharelado em Turismo iniciou suas atividades em 1994 na cidade de Canela. Expandiu-se no ano 2000 ao ser ofertado também no município de Bento Gonçalves e em Caxias do Sul é ofertado desde 2012. Atualmente, o curso de bacharelado em Turismo segue sendo ofertado nos três referidos municípios da região da Serra Gaúcha (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2014b).

O curso de bacharelado em Turismo é ofertado no Campus Universitário de Caxias do Sul nos turnos vespertino e noite e oferece anualmente 100 vagas. A carga horária total é de 2.520 horas, sendo dividida em quatro anos, ou oito semestres.

A instituição também realiza e oferta cursos de extensão, além de possuir convênios com instituições internacionais que possibilitam a mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de projetos. É válido destacar ainda os eventos desenvolvidos através da integração dos cursos de graduação e do Mestrado, como o Semintur (Seminário Internacional de Pesquisa em Turismo do Mercosul) e o Semintur Jr. que fomentam e socializam a produção científica acadêmica.

3.4.3 Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas é uma instituição de ensino superior pública localizada na região sul do Estado e foi criada no ano de 1969. Atualmente, a referida IES possui mais de 400 prédios distribuídos em quatro campi, onde são ofertados 98 cursos de graduação presenciais, entre bacharelados, licenciaturas e tecnólogos. A UFPel também oferta cinco cursos de graduação na modalidade a distância, por meio do programa Universidade Aberta do Brasil, a qual é responsável pela coordenação de 42 polos. Já na pós-graduação, são 19 cursos de doutorado, 41 cursos de mestrado e 17 cursos de especialização, além de nove programas de residência médica e quatro residências multiprofissionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2016a).

Na sua estrutura organizacional a UFPel conta com 1.315 docentes permanentes, 81 docentes temporários e 1.364 servidores técnicos-administrativos. O corpo discente é formado por 19.623 acadêmicos da graduação, 1.447 mestrandos e 742 doutorandos. Referente à pesquisa, de acordo com os dados institucionais, a instituição possui 203 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq e 1.272 projetos em desenvolvimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2016a).

As atividades do curso de bacharelado em Turismo da UFPel tiveram início no ano 2000, muito embora o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação tenha sido feito somente em 2006, pela Portaria nº 52 de 26 de maio de 2006. Já a renovação do reconhecimento do curso foi obtida pela Portaria nº 124 de 09 de julho de 2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2013).

O curso de bacharelado em Turismo da UFPel pertence à Faculdade de Administração e de Turismo da instituição, é ofertado na modalidade presencial, cuja duração são nove semestres. São ofertadas anualmente 44 vagas no turno da noite

e a carga horária total do curso é de 3.143 horas, em regime semestral. Esta carga horária é distribuída na estrutura curricular do curso entre formação básica e formação específica, formação livre, atividades complementares e estágio obrigatório (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2013). Cabe destacar que a formação livre visa a mobilidade acadêmica e flexibilização curricular e refere-se a “toda e qualquer atividade curricular cursada pelo discente na própria instituição ou em outra IES [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2013, p. 19).

3.4.4 Curso de Bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA

O Centro Universitário Metodista IPA situa-se na cidade de Porto Alegre e pertence à Rede Metodista de Educação do Sul, sistema educacional da Igreja Metodista no Brasil. O Centro Universitário Metodista IPA foi autorizado pelo Ministério da Educação no ano de 2004 e possui quatro unidades na capital gaúcha (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2016a).

A IES oferta 26 cursos de graduação, nas áreas das ciências da saúde, ciências sociais e aplicadas, ciências humanas e na área de engenharias, tecnologias e artes. Além disso, oferta sete especializações e dois cursos de mestrado na pós-graduação e desenvolve diversas atividades de pesquisa e extensão (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2016a).

Segundo os dados do Projeto Pedagógico de curso vigente, a autorização para o curso de bacharelado em Turismo foi obtida no ano 2000 e o reconhecimento do curso pelo Ministério do Turismo obtido em 2005 e a renovação do reconhecimento no ano de 2013. O referido curso também é ofertado na modalidade presencial e possui uma carga horária total de 2.512 horas, distribuídas entre disciplinas, estágio supervisionado e atividades complementares. São ofertadas 80 vagas anuais em regime semestral e o funcionamento do curso é no turno da noite (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2014b).

4 A DIMENSÃO AMBIENTAL NO CORPO DOCUMENTAL LEGAL DA PESQUISA

O primeiro documento analisado foi a Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) por ser a lei suprema no país. Os Quadros 2 e 3 apresentam o número de ocorrências das palavras-chave da pesquisa na Constituição.

Com relação à dimensão ambiental, é possível notar que na Constituição Federal há um capítulo que trata somente sobre o meio ambiente e as incumbências do poder público, afirmando, conforme o Art. 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988). Cabe destacar ainda que uma das incumbências estabelecidas pela Constituição é a de que o poder público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Referente ao campo educacional, a Constituição Federal brasileira determina, conforme o Art. 205 da Seção da Educação, do capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Também está estabelecido na Constituição que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que estas atividades poderão receber apoio financeiro do poder público (BRASIL, 1988).

Para a presente pesquisa, a palavra-chave utilizada para a busca de ocorrências foi Instituições de Ensino Superior, entretanto cabe destacar que a Constituição fala sobre as responsabilidades das universidades, visto que está abordando a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Já com relação ao Turismo, a Constituição Federal restringe-se ao determinar que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, podendo legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico de determinada localidade, bem como sobre as responsabilidades por dano ao meio ambiente e a bens e direitos de valor turístico (BRASIL, 1988).

Quadro 2 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Constituição Federal Brasileira

Palavra-chave	Ocorrências
Ambiental	4
Educação Ambiental	1
Sustentabilidade	-
Gestão Ambiental	-
Sustentável	-
Meio Ambiente	18
Desenvolvimento Sustentável	-
Gestão da Sustentabilidade	-
TOTAL	23

Fonte: elaboração própria (2016).

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Quadro 3 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Constituição Federal Brasileira

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	57
Ensino	53
Pesquisa	33
Projeto Pedagógico	-
Currículo	-
Instituição de Ensino Superior	-
TOTAL	143

Fonte: elaboração própria (2016).

As normas sobre a Política Nacional de Turismo foram estabelecidas pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, conhecida como Lei Geral do Turismo. O Quadro 4 apresenta as ocorrências das palavras-chave na referida Lei.

Quadro 4 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Política Nacional de Turismo

Palavra-chave	Ocorrências
Ambiental	2
Educação Ambiental	-
Sustentabilidade	-
Gestão Ambiental	-
Sustentável	4
Meio Ambiente	2
Desenvolvimento Sustentável	1
Gestão da Sustentabilidade	-
TOTAL	9

Fonte: elaboração própria (2016).

Inicialmente destaca-se nas disposições preliminares que o poder público atuará “[...] na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.” (BRASIL, 2008). Com relação à dimensão ambiental, pode-se destacar um dos objetivos da Política Nacional de Turismo, que se refere a

propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de **educação** e interpretação **ambiental** e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural. (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Cabe destacar que apesar da palavra-chave “educação ambiental” não estar descrita literalmente, faz-se a menção da promoção do Turismo como um instrumento de EA, que incentiva condutas e práticas para a conservação do meio ambiente. Outro objetivo da Política Nacional de Turismo refere-se à pesquisa de dados estatísticos e a integração das universidades. Entretanto, ressalta-se que a referida Lei não evidencia as pesquisas científicas, estando assim determinado:

implementar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, integrando as **universidades** e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro. (BRASIL, 2008, grifo nosso).

A Lei também determina que o Plano Nacional de Turismo seja elaborado pelo Ministério do Turismo e um dos intuitos do Plano é promover “a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico.” (BRASIL, 2008). O mesmo Plano apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade nos próximos anos. O Quadro 5 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave com relação à dimensão ambiental referentes ao Plano Nacional de Turismo vigente (2013 – 2016).

Quadro 5 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental no Plano Nacional de Turismo

Palavra-chave	Ocorrências
Ambiental	1
Educação Ambiental	-
Sustentabilidade	6
Gestão Ambiental	-
Sustentável	8
Meio Ambiente	3
Desenvolvimento Sustentável	3
Gestão da Sustentabilidade	-
TOTAL	21

Fonte: elaboração própria (2016).

Uma das ações específicas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016) é estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística, por meio do combate à exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo; da integração da produção associada à cadeia produtiva do turismo e do fomento ao turismo de base comunitária (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

Incentivar o brasileiro a viajar pelo país é um dos objetivos estratégicos do Plano e “[...] apresenta-se essencial para o desenvolvimento consistente da atividade turística e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dos empreendimentos, atrativos e serviços.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 68).

Outra ação estabelecida no plano vigente refere-se ao fomento, à regulação e à qualificação dos serviços turísticos. Nesse sentido, tem-se como finalidade:

implementar programa contínuo de fomento público para o desenvolvimento de **pesquisa, inovação e conhecimento** pelos **programas de pós-graduação** reconhecidos e recomendados pela Capes, pelos institutos sem fins lucrativos e para empreendimentos privados. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 90, grifo nosso).

Ainda está descrito no plano que os fomentos estão direcionados mais para bolsa de pesquisa individual (CNPq, Capes e FAPs) e projetos individuais de pesquisa (CNPq/FAP/Finep).

Além disso, ainda está estabelecido nos objetivos estratégicos do Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016):

A promoção do turismo brasileiro deve ter como foco a consolidação da imagem do país, priorizando experiências positivas de conhecimento, integração e valorização das riquezas naturais brasileiras para a difusão de um turismo qualificado, diversificado e sustentável. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 68).

Já a Política Nacional do Meio Ambiente foi estabelecida pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e, conforme o Art. 2º,

tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

O Quadro 6 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave (educação, ensino, pesquisa, projeto pedagógico, currículo e instituição de ensino superior) no referido documento. Destaca-se um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, qual seja: “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRASIL, 1981).

Quadro 6 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Nacional do Meio Ambiente

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	2
Ensino	1
Pesquisa	15
Projeto Pedagógico	-
Currículo	-
Instituição de Ensino Superior	-
TOTAL	18

Fonte: elaboração própria (2016).

Outro destaque da Política Nacional do Meio Ambiente está relacionado à pesquisa. Em um dos princípios estão determinados “incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.” (BRASIL, 1981). Além disso, um dos objetivos da Política visa “ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.” (BRASIL, 1981). Também está determinado que o poder público incentivará atividades voltadas ao meio ambiente para desenvolver pesquisas para a redução da degradação da qualidade ambiental e, por meio de órgãos, entidades e programas, apoiar projetos na área ambiental e ecológica.

O Quadro 7 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave no Decreto nº 4.281 que regulamenta a PNEA (BRASIL, 2002). Destaca-se que no Art. 1º do referido decreto, está determinado que a PNEA seja executada pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, entre outros

órgãos e demais segmentos da sociedade. (BRASIL, 2002). Além disso, destaca-se a menção referente à transversalidade da Educação Ambiental nas disciplinas, conforme o Art. 5º que estabelece

Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e

II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. (BRASIL, 2002).

Quadro 7 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional no Decreto nº 4.281

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	8
Ensino	3
Pesquisa	-
Projeto Pedagógico	-
Currículo	-
Instituição de Ensino Superior	-
TOTAL	11

Fonte: elaboração própria (2016).

Por fim, o Art. 6º determina que para o cumprimento daquilo que é estabelecido pelo decreto “[...] deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de **educação ambiental** integrados [...] a todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 2002, grifo nosso).

Já o Quadro 8 apresenta as palavras-chave relacionadas à dimensão educacional da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999).

Quadro 8 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Nacional de Educação Ambiental

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	14
Ensino	11
Pesquisa	3
Projeto Pedagógico	-
Currículo	3
Instituição de Ensino Superior	-
TOTAL	31

Fonte: elaboração própria (2016).

Conforme o Art. 2º “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999). Diante disso, está determinado na PNEA que todos têm direito à educação ambiental e, dessa forma, as instituições educativas são incumbidas de “[...] promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.” (BRASIL, 1999).

Referente ao ensino, a PNEA estabelece que a educação ambiental “[...] será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.” (BRASIL, 1999). Ou seja, está incluída a educação superior. Destaca-se que a educação ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica, entretanto, nos cursos de pós-graduação e extensão é facultada a criação de uma disciplina específica.

Já para a educação ambiental não-formal, isto é, “[...] ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, a PNEA determina a participação das universidades na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental (BRASIL, 1999).

A Política Estadual de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul foi instituída pela Lei nº 13.597 de 30 de dezembro de 2010. É possível observar que a Política Estadual de Educação Ambiental complementa a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) no Rio Grande do Sul, muitas vezes reiterando o que já está estabelecido pela Política Nacional.

No Art. 7 está estabelecido que

A Política Estadual de Educação Ambiental envolve, em sua esfera de ação, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino do Estado e dos municípios, de forma articulada com a União, com os órgãos e instituições integrantes do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, Sistema Estadual de Educação, organizações governamentais e não governamentais e entidades privadas com atuação em educação ambiental. (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O Quadro 9 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave nesse referido documento.

Quadro 9 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional na Política Estadual de Educação Ambiental

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	20
Ensino	15
Pesquisa	7
Projeto Pedagógico	-
Currículo	4
Instituição de Ensino Superior	-
TOTAL	46

Fonte: elaboração própria (2016).

Também se verifica que a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul determina que no ensino formal a Educação Ambiental deve ser desenvolvida nos currículos e nas atividades extracurriculares das instituições escolares públicas e privadas que abrangem a Educação Básica, a Educação Profissional e a Educação Superior (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Já no Art. 31 está determinado que todas as escolas devem incorporar os seguintes temas em seus currículos:

- I - conservação do solo, recursos hídricos, flora e fauna;
 - II - desertificação e erosão;
 - III - uso de agrotóxicos, medicamentos de uso veterinário e seus resíduos, e riscos ao ambiente e à saúde humana;
 - IV - queimadas e incêndios;
 - V - resíduos sólidos;
 - VI - saneamento;
 - VII - espaços territoriais especialmente protegidos;
 - VIII - princípios de sustentabilidade ecológica, econômica e social;
 - IX – conhecimento sobre o desenvolvimento de programas de microbacias.
- (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Considerando o que está estabelecido no Art. 12, quando a Lei refere-se às escolas, deve-se englobar as instituições de todos os níveis de ensino formal, incluindo as Instituições de Ensino Superior.

O Plano Nacional de Educação foi instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014) e possui vigência por dez anos. O Quadro 10 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave no referido documento.

Quadro 10 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental no Plano Nacional de Educação

Palavra-chave	Ocorrências
Ambiental	-
Educação Ambiental	-
Sustentabilidade	1
Gestão Ambiental	-
Sustentável	-
Meio Ambiente	-
Desenvolvimento Sustentável	1
Gestão da Sustentabilidade	-
TOTAL	2

Fonte: elaboração própria (2016).

No Art. 2º da referida Lei são determinadas as diretrizes do Plano Nacional de Educação. Ressalta-se, entre elas, a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.” (BRASIL, 2014).

Com relação às metas e estratégias estabelecidas pela Lei, destaca-se a meta 7, referente ao fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Para esta meta, uma das estratégias é:

Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o **desenvolvimento sustentável** e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial. (BRASIL, 2014, grifo nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB, foi instituída pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1996). No Quadro 11, apresenta-se o número de ocorrências das palavras-chave no referido documento.

Quadro 11 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Palavra-chave	Ocorrências
Ambiental	-
Educação Ambiental	1
Sustentabilidade	-
Gestão Ambiental	-
Sustentável	-
Meio Ambiente	-
Desenvolvimento Sustentável	-
Gestão da Sustentabilidade	-
TOTAL	1

Fonte: elaboração própria (2016).

No Art. 26 está estabelecido que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Referente ao Art. 26 e à dimensão ambiental está determinado que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a **educação ambiental** de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Outros documentos vinculados ao Ministério da Educação referentes à educação superior no Brasil são: o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2014) e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2015). O Quadro 12 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental nos referidos documentos.

Quadro 12 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental nos Instrumentos de Avaliação (INEP)

Palavra-chave	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA
Ambiental	-	5
Educação Ambiental	1	5
Sustentabilidade	7	1
Gestão Ambiental	-	-
Sustentável	3	-
Meio Ambiente	6	-
Desenvolvimento Sustentável	-	-
Gestão da Sustentabilidade	-	-
TOTAL	17	16

Fonte: elaboração própria (2016).

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa “subsidiar os atos de credenciamento e recredenciamento presencial de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica de faculdade para centro universitário e deste para universidade.” (INEP, 2014, p. 2).

Destaca-se com relação à dimensão ambiental que um dos requisitos legais e normativos de atendimento obrigatório por parte da instituição, estabelecido pelo referido Instrumento, é referente ao cumprimento das exigências da Política de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei nº 9.795 de 1999 (INEP, 2014).

Outro destaque contido neste Instrumento refere-se à “existência de projetos e ações para a promoção da **sustentabilidade socioambiental** na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.” (INEP, 2014, p. 4, grifo nosso). Ainda cabe ressaltar que a sustentabilidade socioambiental está assim definida:

A dimensão socioambiental, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, destina-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades e dos seus indicadores, que devem constar no seu PDI. (INEP, 2014, p. 35-36)

Referente ao desenvolvimento institucional, a avaliação contempla a verificação da coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as ações realizadas pela IES no ensino, na pesquisa, na extensão e também na gestão. Neste sentido, cabe ressaltar que um dos itens se refere à “coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao **meio ambiente**, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.” (INEP, 2014, p. 8, grifo nosso).

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa aponta a questão da sustentabilidade financeira, principalmente quando se refere ao eixo de políticas de gestão. A sustentabilidade financeira inclusive é um dos indicadores analisados e está relacionada ao PDI institucional.

Já o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância “subsidiar os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância.” (INEP, 2015, p. 1).

Referente à organização didático-pedagógica, há um indicador acerca do contexto educacional que deve ser avaliado sobre de que maneira o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contempla as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e **ambiental** (INEP, 2015, grifo nosso).

Ainda com relação à dimensão ambiental, observa-se neste instrumento o indicador referente aos conteúdos curriculares, cujo critério de análise é estabelecido pela maneira que os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam

“[...] o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de **educação ambiental**, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.” (INEP, 2015, p. 6, grifo nosso).

Cabe destacar que a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) também é um requisito legal regulatório determinado pelo referido instrumento, cujo cumprimento (ou não) será verificado pelos avaliadores designados.

Considerando a Constituição Federal (BRASIL, 1988), bem como a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, por meio da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Está estabelecido conforme o Art. 1º:

A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de **Educação Superior**. (BRASIL, 2012b, grifo nosso).

O Quadro 13 apresenta o número de ocorrências das palavras-chave relacionadas à dimensão educacional no referido documento.

Quadro 13 – Palavras-chave relacionadas à dimensão educacional nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

(continua)

Palavra-chave	Ocorrências
Educação	76
Ensino	20
Pesquisa	5

(conclusão)	
Projeto Pedagógico	1
Currículo	8
Instituição de Ensino Superior	0
TOTAL	110

Fonte: elaboração própria (2016).

Reafirma-se, conforme previsto na PNEA, que as instituições de ensino devem promover a Educação Ambiental integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. Especificamente com relação às IESs, está determinado ainda que as mesmas devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental. Além disso, destaca-se que as IES também devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental (BRASIL, 2012b).

Com relação à organização curricular, cabe destacar o Art. 16 que determina:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da **Educação Superior** pode ocorrer:

I - pela **transversalidade**, mediante temas relacionados com o **meio ambiente** e a **sustentabilidade socioambiental**;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de **transversalidade** e de tratamento nos **componentes curriculares**.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos. (BRASIL, 2012b, grifo nosso).

Complementando essa questão, as Diretrizes ainda determinam que o planejamento curricular deve:

I - estimular: a) visão integrada, multidimensional da **área ambiental**, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, **meio ambiente**, natureza, cultura, ciência e tecnologia; b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da **sustentabilidade socioambiental**, valorizando a participação, a cooperação e a ética; c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o **meio ambiente**, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais; d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat; e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus **impactos ambientais**, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da **justiça ambiental**; f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual

propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II - contribuir para: a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade; b) a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária; c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades; d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades; e) a valorização dos conhecimentos referentes à **saúde ambiental**, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida; f) a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos **desafios ambientais** a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III - promover: a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros; b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das **questões socioambientais**, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública; c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do **meio ambiente** como fundamental para o exercício da cidadania; d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, **socioambientalmente responsáveis**, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra; e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de **sustentabilidade socioambiental** na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis. (BRASIL, 2012b, grifo nosso).

Já com relação ao Turismo, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, foram instituídas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006 e devem ser observadas pelas IES na sua organização curricular (BRASIL, 2006b).

É necessário ressaltar que nenhuma das palavras-chave referentes à dimensão ambiental foi encontrada no referido documento. Entretanto, é possível destacar conforme o Art. 2º

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e **ambientais**, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem. (BRASIL, 2006b, grifo nosso).

As Diretrizes determinam que a organização do curso se expressa através do Projeto Pedagógico, que conforme o Art. 2º deve abranger:

[...] o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, componente opcional da IES, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico. (BRASIL, 2006b).

Importante destacar a determinação dos elementos estruturais do projeto pedagógico de curso:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
 II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
 III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
 IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
 V - modos de integração entre teoria e prática;
 VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
 VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
 VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
 IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
 X- concepção e composição das atividades complementares. (BRASIL, 2006b).

Com relação à formação profissional, são estabelecidas competências e habilidades que o curso deve possibilitar, porém não se verifica clara e objetivamente a integração da dimensão ambiental. Considerando, portanto, o que se estabelece na Política Nacional de Educação Ambiental (1999) e no Decreto nº 4.281 (BRASIL, 2002), pode-se afirmar que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado em Turismo apresentam lacunas em relação ao cumprimento do que já estava previsto legalmente com relação à Educação Ambiental.

Assim, em síntese e para uma visão analítica geral, tem-se os seguintes dados referentes à totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão ambiental, conforme é possível observar de acordo com o Quadro 14:

Quadro 14 – Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão ambiental

	Constituição Federal	Lei Geral do Turismo	Plano Nacional do Turismo	PNE	LDB	Instrumento de Avaliação Institucional	Instrumento de Avaliação Cursos de Graduação	Total Absoluto	Total Percentual
Ambiental	4	2	1	-	-	-	5	13	14,60
Educação Ambiental	1	-	-	-	1	1	5	8	8,98
Sustentabilidade	-	-	6	1	-	7	1	15	16,85
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sustentável	-	4	6	-	-	3	-	13	14,60
Meio ambiente	18	2	3	-	-	6	-	29	32,58
Desenvolvimento sustentável	-	1	3	1	-	-	-	5	5,61
Gestão da sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23	9	21	2	1	17	11	89	100

Fonte: elaboração própria (2016)

Exceção feita à Constituição Federal, a maior presença da dimensão ambiental está no Plano Nacional do Turismo (2013 – 2016). Observa-se ainda que as palavras-chave “gestão ambiental” e “gestão da sustentabilidade” não tiveram ocorrências nos documentos analisados.

Já o Quadro 15 ilustra a totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão educacional nos documentos pesquisados:

Quadro 15 – Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão educacional

	Constituição Federal	Política Nacional do Meio Ambiente	Decreto 4281	PNEA	Política Estadual de EA	Diretrizes EA	Total Absoluto	Total Percentual
Educação	57	2	8	14	20	76	177	49,30
Ensino	53	1	3	11	15	20	103	28,69
Pesquisa	33	15	-	3	7	5	63	17,54
Projeto Pedagógico	-	-	-	-	-	1	1	0,27
Currículo	-	-	-	3	4	8	15	4,17
Instituição de Ensino Superior	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	143	18	11	31	46	110	359	100

Fonte: elaboração própria (2016)

Também é possível observar que, com exceção à Constituição Federal, o as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental apresentam a maior presença da dimensão educacional. Destaca-se ainda que as palavras-chave “projeto pedagógico” e “currículo” representam apenas 4,44% da ocorrência total. Já a palavra-chave “pesquisa” representa 17,54% do total.

4.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES DAS IESS

A missão, a visão e os valores ou princípios de determinada organização são definidos e estabelecidos com o intuito de nortear o funcionamento e o desenvolvimento institucional. Considera-se ainda que estes fatores traduzem as aspirações da organização, bem como o que a mesma considera como premissa de suas ações.

De Conto (2010) destaca a necessidade de inserir a dimensão ambiental no planejamento das IESs e, inclusive, contemplá-la no documento de grande importância para este tipo de organização, qual seja, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Quadro 16 ilustra descritivamente a missão, a visão e os valores institucionais de cada IES estudada.

Quadro 16 – Missão, visão e valores institucionais das IESs analisadas

(continua)

	UCS	UFPeI	IPA
Missão	Produzir, sistematizar e socializar o conhecimento com qualidade e relevância para o desenvolvimento sustentável .	Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade.	Produzir, desenvolver, divulgar e preservar ciência, tecnologia e cultura visando ao desenvolvimento da consciência crítica e do compromisso com a transformação da sociedade segundo os princípios metodistas, fortalecendo os laços comunitários, expandindo a educação nas áreas desfavorecidas por meio de ações que promovam a vida .
Visão	Ser indispensável para o desenvolvimento sustentado no conhecimento.	A UFPeI será reconhecida como universidade de referência pelo	Ser referência de Centro Universitário Metodista, eticamente engajado na inclusão

		comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade.	social, que forma agentes de transformação por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar a modalidade de Educação a Distância – EAD como estratégia de inclusão social, trabalhando de forma indissociável a interdisciplinaridade e a mult institucionalidade, na cidade de Porto Alegre, na Região Sul e no Brasil.
Valores/Princípios	Respeito à Pessoa Responsabilidade Social Qualificação Institucional Prevalência do Interesse Institucional Inovação Inserção Local e Global Gestão Democrática Compromisso com o Meio Ambiente Autonomia Sustentabilidade	Não identificados no endereço eletrônico.	Eticidade e Moralidade Críticidade Solidariedade e Espiritualidade Indissociabilidade Diversidade Confessionalidade Colegialidade Sustentabilidade

Fonte: adaptado pelo autor com base em Universidade de Caxias do Sul ([201-]b); Universidade Federal de Pelotas (2016b); Centro Universitário Metodista IPA (2016b).

Na Universidade de Caxias do Sul, pode-se observar que tanto a missão, a visão e os princípios institucionais consideram a dimensão ambiental, destacando o desenvolvimento sustentável. Nos princípios divulgados pela UCS, destacam-se o “compromisso com o meio ambiente” e a “sustentabilidade” como aqueles diretamente relacionados à dimensão ambiental.

Compromisso com o Meio Ambiente

A Universidade deverá promover e participar de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo precípua de preservação da vida.

Sustentabilidade

A Universidade buscará sustentabilidade econômica, social e ambiental, por meio de uma gestão eficiente e eficaz. (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, [201-]b).

Na missão e na visão estabelecidas pela Universidade Federal de Pelotas, não é possível observar objetivamente uma relação direta com a dimensão

ambiental. Infelizmente os valores não estão disponíveis no respectivo endereço eletrônico da IES.

Referente ao Centro Universitário IPA, pode-se destacar o princípio da “sustentabilidade”, o qual esclarece a importância das dimensões ambientais, econômicas e sociais, estabelecendo ainda a sensibilização da comunidade.

Sustentabilidade

A sustentabilidade institucional do Centro Universitário Metodista – IPA é representada pela contribuição relativa à conjugação de três fatores associados: a sustentabilidade ambiental, buscando conduzir a ações institucionais com o objetivo de reduzir os impactos ambientais advindos das suas atividades, e sensibilizando a comunidade para sua importância; a sustentabilidade econômica e financeira com vistas à garantia da perpetuidade institucional e suas ações no futuro; e a sustentabilidade social, buscando contribuir com a construção de uma sociedade inclusiva. (CENTRO UNIVERSITÁRIO IPA, 2016b).

Diante disso, verifica-se que a Universidade de Caxias do Sul e o Centro Universitário Metodista IPA são as IES que deixam explícitas a relação e a integração da dimensão ambiental nas suas missões, visões e valores institucionais.

As IESs, segundo Kraemer (2004), estão cada vez mais conscientes do papel que devem cumprir na preparação das novas gerações para um futuro sustentável, compartilhando a convicção de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolúvelmente ligados. Assim, a partir do momento em que é possível verificar já na missão, na visão e nos valores institucionais a integração da dimensão ambiental, pode-se considerar que a IES está assumindo este compromisso através dos seus princípios institucionais, que nortearão todas as ações realizadas por essas organizações.

4.2 PRÁTICAS AMBIENTAIS DAS IEES

Referente às Instituições de Ensino Superior (IESs), a incorporação de uma política institucional com princípios e práticas sustentáveis, além de um processo de conscientização dos envolvidos em todos os níveis e atividades da organização são destacados por Corrêa, Mendes e Corrêa (2010).

Os estudos de Batista (2014), Coimbra (2011), De Conto (2010), Gomes (2010), Kraemer (2004) e Tauchen e Brandli (2006) também evidenciam a relevância do efeito multiplicador assumido pelas IESs ao integrarem a dimensão ambiental na

sua gestão e, conseqüentemente, nas ações e práticas institucionais, diante do papel destas organizações na sociedade, ao serem responsáveis não somente pela formação profissional, como também pela produção e socialização do conhecimento.

Além disso, com relação à análise documental, pode-se verificar que referente ao desenvolvimento institucional, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa contempla a verificação da coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as ações realizadas pela IESs no ensino, na pesquisa, na extensão e também na gestão. Neste sentido, cabe ressaltar que um dos itens refere-se à “coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao **meio ambiente**, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.” (INEP, 2014, p. 8, grifo nosso).

Desde a década de 1980 a UCS desenvolve ações ambientais, adotando práticas e condutas sustentáveis. De Conto et al. (2010, p. 34) apontam que “o processo de construção da gestão de resíduos na UCS inicia em 1987 com atividades de ensino, pesquisa e extensão.” Gradativamente, de 1987 até os dias atuais, a instituição implantou desde programas e projetos de pesquisa com finalidade de caracterização, separação e destinação de resíduos até a criação de um Instituto de Saneamento Ambiental na Cidade Universitária (ISAM). (DE CONTO et al., 2010). O ISAM, criado em 1999, é responsável pelo desenvolvimento de atividades de gerenciamento ambiental da universidade, dentre as quais o gerenciamento de resíduos líquidos, o gerenciamento de resíduos sólidos, o gerenciamento de energia e água e os planos de ocupação do espaço: vegetação e uso do solo, consolidando, assim, a Política Ambiental da instituição (INSTITUTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL, 2014).

Destacam-se ainda importantes ações da universidade, como a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos pela Fepam; a construção da Central de Resíduos da UCS; a obtenção da Licença de Operação da Estação de Tratamento de Efluentes na Cidade Universitária (em operação desde 2002); a obtenção da Licença de Operação para a Cidade Universitária; institucionalização da Semana do Meio Ambiente da UCS; construção do Programa de Gerenciamento Ambiental; entre outras. (DE CONTO et al., 2010). Outro aspecto relevante também apontado por De Conto et al. (2010) é a divulgação e socialização das informações desenvolvidas pela UCS, por meio de diversas publicações acadêmicas.

A UFPel possui na sua estrutura organizacional uma Coordenação de Gestão Ambiental, vinculada à Pró-Reitoria Adjunta de Infraestrutura da instituição. De acordo com os dados do Relatório de Gestão do ano de 2014, a UFPel “[...] tem adotado critérios e mecanismos de melhoria de processos, visando alcançar a sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015, p. 285).

A Coordenação de Gestão Ambiental possui dois núcleos, o Núcleo de Educação Ambiental e Resíduos e o Núcleo de Licenciamento Ambiental e é responsável por realizar planejamento da gestão ambiental, subsidiando o Plano de Gestão de Desenvolvimento Sustentável, planejar, implementar e controlar suas políticas, além de gerenciar o processo de Gestão de Resíduos Sólidos na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015).

Destacam-se ações, como por exemplo, a criação da Comissão para Coleta Seletiva Solidária, responsável pelo processo de habilitação de Associação e/ou Cooperativa de Catadores de materiais recicláveis, por onde os resíduos recicláveis gerados nas unidades administrativas e acadêmicas da instituição são destinados à associação habilitada; elaboração de campanhas para a redução do consumo de energia elétrica e água, bem como aquisição de produtos como lâmpadas e torneiras que reduzam o consumo dos recursos naturais; inclusão no processo licitatório do Plano Anual de Aquisição de Veículos automotores mais eficientes e menos poluentes, ou que utilizam combustíveis alternativos; aquisição de canecas de uso individual para todos os servidores da UFPel (ação também estendida para os acadêmicos usuários dos Restaurantes Universitários e colaboradores terceirizados), consequentemente redução na aquisição e no descarte de copos descartáveis (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2015).

A Política Ambiental institucional Centro Universitário Metodista IPA possui como objetivo geral

Orientar a gestão administrativa e acadêmica, do Centro Universitário Metodista – IPA, de forma que os diferentes setores e processos da Instituição sejam planejados e implantados com base em princípios de sustentabilidade ambiental, tendo como eixo norteador a educação ambiental, realizada em práticas educacionais, balizadas pelos pressupostos e concepções metodológicas de cada projeto pedagógico de curso da instituição. (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2014a, p. 6).

A Política Ambiental do Centro Universitário Metodista IPA ainda tem como objetivos promover a conservação ambiental e o consumo consciente; disseminar a educação ambiental na comunidade acadêmica; gerenciar os resíduos sólidos e a água nos diversos setores administrativos e acadêmicos da instituição; incentivar o uso racional de energia nas suas diversas unidades educacionais e incentivar projetos, parcerias e ações voluntárias que promovam a responsabilidade socioambiental (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2014a).

A Política Ambiental da referida IES está pautada por quatro eixos temáticos, quais sejam: a conservação ambiental e consumo consciente; a gestão de resíduos; a gestão das águas; e, a eficiência energética. Nesse contexto, a instituição também possui o Projeto Grupo de Educação Ambiental, cujas atividades tem o intuito de prevenir, identificar e buscar soluções para problemas ambientais de maneira integrada e contínua junto aos programas educacionais desenvolvidos pelos cursos de graduação da instituição. Conforme é possível verificar nos objetivos geral e específicos do projeto:

Objetivo Geral

Promover ações de sustentabilidade visando conservar o ambiente por meio da conscientização e mudança de comportamento, tanto individual como coletivo, tendo em vista um ambiente saudável, preservando recursos ambientais para as gerações futuras.

Objetivos Específicos

- a) Promover interação entre os/as estudantes da instituição a partir do desenvolvimento de atividades voltadas para a responsabilidade social e ambiental;
- b) Orientar os/as docentes sobre a análise da temática ambiente nas diversas áreas do conhecimento, de modo a disseminar a Educação Ambiental na comunidade acadêmica;
- c) Promover a conservação ambiental e o consumo consciente através de ações práticas de sustentabilidade na Instituição;
- d) Aplicar, de maneira prática, os conhecimentos teóricos desenvolvidos nas disciplinas dos cursos de graduação. (CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA, 2016c).

As universidades são responsáveis pela produção e socialização do conhecimento, além da formação de recursos humanos. Nesse sentido, devem, entre outras ações, rever conceitos, prevenir a geração de resíduos e de impactos ambientais, inovar na gestão acadêmica e desenvolver programas de educação ambiental para a sensibilização (quanto à dimensão ambiental) dos acadêmicos durante sua formação, bem como de toda a comunidade acadêmica – incluindo professores, administradores, fornecedores, entre outros – com um sentido mais

humanizado, criterioso e comportamental, ou seja, através de mudanças de atitudes e ações (DE CONTO, 2010).

É válido destacar que em todas as IESs estudadas, foi possível verificar que as informações sobre as práticas ambientais institucionais não estão facilmente disponibilizadas nos respectivos endereços eletrônicos, ou seja, não há um ícone ou *link* específico nas páginas iniciais das IESs. Foi necessário investigar as estruturas organizacionais de cada instituição, para então conseguir as informações necessárias para a pesquisa. Conforme afirma De Conto (2010), as informações devem ser transformadas em conduta, portanto devem ser de qualidade e continuamente disponibilizadas no meio acadêmico. Além disso, também merecem ser compartilhadas com a sociedade, no sentido de evidenciar o efeito multiplicador que as IESs possuem. Dessa forma, é muito relevante que o compromisso com a sustentabilidade das IESs esteja evidenciado e disponibilizado de forma acessível nos endereços eletrônicos institucionais.

4.3 PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS

Após a leitura na íntegra dos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo do Rio Grande do Sul disponibilizados nos endereços eletrônicos institucionais, foi verificado o número de ocorrências das palavras-chave conforme é ilustrado pelo Quadro 17.

Quadro 17 – Palavras-chave relacionadas à dimensão ambiental nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo

Palavra-chave	UCS	UFPEL	IPA
Ambiental	4	18	15
Educação Ambiental	4	7	6
Sustentabilidade	7	14	17
Gestão Ambiental	4	15	7
Sustentável	1	6	10
Meio Ambiente	10	14	10
Desenvolvimento Sustentável	3	7	8
Gestão da Sustentabilidade	0	0	0
TOTAL	33	81	73

Fonte: elaboração própria (2016)

Inicialmente considerando apenas a contagem das palavras-chave, é possível notar que o projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas é o que possui a maior quantidade das mesmas. Também é neste documento que ocorre a maior menção da expressão “educação ambiental”, totalizando sete repetições. No entanto, é importante e necessário identificar e analisar como as palavras-chave são distribuídas nos projetos pedagógicos dos cursos estudados.

Analisando individualmente cada documento institucional, com relação à palavra-chave “ambiental” no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, observam-se quatro repetições no total nas seções de referenciais orientadores; objetivo do curso; descrição da organização curricular e na seção sobre o histórico e a contextualização do curso (uma vez em cada seção).

A palavra-chave “educação ambiental” está referenciada quatro vezes no documento, nas seções de referenciais orientadores (três vezes) e na descrição da organização curricular (uma vez).

Com relação à palavra-chave “sustentabilidade”, foi possível contabilizar sete repetições: na seção de referenciais orientadores (quatro vezes); nos objetivos do curso (uma vez) e na descrição da organização curricular (duas vezes).

A palavra-chave “sustentável” aparece somente uma vez ao longo do documento, na seção referente ao perfil profissional do egresso.

Também se observam quatro ocorrências referentes à palavra-chave “gestão ambiental” nas seções de descrição da organização curricular (duas vezes); no plano de execução curricular (uma vez) e na representação gráfica (uma vez).

A palavra-chave “desenvolvimento sustentável” tem três ocorrências na seção dos referenciais orientadores e a palavra-chave “gestão da sustentabilidade” não possui ocorrências no Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da UCS.

Considerando a totalidade das ocorrências das palavras-chave no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, pode-se observar a maior quantidade de repetições na seção referente aos referenciais orientadores e na seção referente à descrição da organização curricular.

Destacam-se na seção referente aos referenciais orientadores as bases para o projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade de

Caxias do Sul. Nesse sentido, com relação à dimensão ambiental, evidencia-se que o curso “[...] alinha-se à Política Nacional de Educação Ambiental [...]” e ainda “[...] assume os princípios básicos previstos [...]” conforme a referida Lei (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2015, p. 12).

Ainda nos referenciais orientadores do curso, está estabelecido que

O profissional formado em turismo pela UCS deve ter uma visão sistêmica e aliar conhecimentos teóricos e práticos de formação geral, básica e específicos da área, competência para o planejamento e gestão, assim como ética para uma ação comprometida com os princípios de hospitalidade e **sustentabilidade**. (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2015, p. 18, grifo nosso).

Já na descrição da organização curricular do curso, estão estabelecidos os aspectos considerados para a elaboração do currículo do curso. Com relação à dimensão ambiental, destaca-se o “estímulo à reflexão, especialmente nas disciplinas de Turismo e Meio Ambiente, Gestão Ambiental e Viagem de Estudos II sobre as questões ambientais conforme previsto nos princípios orientadores.” (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2015, p. 23).

São descritos alguns temas pertinentes à formação do profissional de Turismo, como a organização de eventos; a atuação em agências de viagens e empresas de transporte; atendimento e comunicação, entre outros, que justificam a oferta das disciplinas da matriz curricular. Com relação à dimensão ambiental, está estabelecido que

Frisando o reconhecimento da importância da Política Nacional de Educação Ambiental e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, os presentes temas encaminham-se para investigação junto às pesquisas institucionais e ações de extensão e, de forma transdisciplinar, estão presentes no currículo do Curso. Nesse sentido, especificamente, destacam-se as disciplinas Gestão Ambiental, Turismo e Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Sociologia, Fundamentos da Hospitalidade e Universidade e Sociedade, Viagem de Estudos II e Viagem de Estudos III. (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2015, p. 26).

Já no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas foi possível verificar 18 ocorrências da palavra-chave “ambiental” nas seções: objetivos do curso (uma vez); competências e habilidades (uma vez); objetivos de disciplinas (três vezes); ementas de disciplinas (três vezes); programas de disciplinas (cinco vezes); bibliografia básica de

disciplinas (uma vez); infraestrutura física (uma vez); transição curricular (duas vezes); equivalência entre currículos (uma vez).

A palavra-chave “educação ambiental” possui sete ocorrências no referido documento. Na seção de bibliografia básica de disciplinas são quatro ocorrências; já nas seções de ementa de disciplina, programa de disciplina e bibliografia complementar é somente uma ocorrência em cada.

A palavra-chave “sustentabilidade” possui quatorze repetições no documento analisado. Uma ocorrência em objetivos de disciplina; três ocorrências em ementas, programas e bibliografias básicas de disciplinas (cada) e quatro ocorrências em bibliografias complementares de disciplinas.

Já a palavra-chave “sustentável” repete-se por seis vezes do projeto de curso da UFPel, sendo duas vezes em bibliografia básica e em bibliografia complementar de disciplinas e uma vez em objetivo de disciplina e em ementa de disciplina.

Com relação à palavra-chave “gestão ambiental” observou-se quinze ocorrências: três delas em quadros de disciplinas optativas; duas em bibliografias básicas de disciplinas; uma ocorrência como disciplina; duas ocorrências em ementas de disciplinas; quatro ocorrências em programa de disciplinas; duas ocorrências em bibliografia complementar de disciplinas e uma ocorrência nos objetivos de disciplina, ou seja, ficando restrita às disciplinas.

Foi possível contabilizar quatorze ocorrências para a palavra-chave “meio ambiente”. Em ementa de disciplina foram duas ocorrências; em programas de disciplinas foram três ocorrências; em bibliografia básica três ocorrências; em bibliografia complementar uma ocorrência; no quadro de disciplinas obrigatórias uma ocorrência; como objetivo de disciplina uma ocorrência; como disciplina duas ocorrências e como bibliografia duas ocorrências. Novamente é possível observar que as ocorrências da referida palavra-chave se restringem às disciplinas no projeto pedagógico de curso analisado.

Referente à palavra-chave “desenvolvimento sustentável” foram sete ocorrências no total. Apenas uma ocorrência em cada seção: objetivos específicos do curso; competências e habilidades; bibliografia complementar; bibliografia básica e objetivo de disciplina e ainda duas ocorrências em ementas de disciplinas.

Também não houve ocorrências para a palavra-chave “gestão da sustentabilidade” no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas.

Considerando a totalidade das ocorrências das palavras-chave no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas, pode-se observar a maior quantidade de repetições das mesmas nas bibliografias básicas de disciplinas; nos programas das disciplinas e nas ementas das disciplinas.

Isto é, pode-se considerar que a dimensão ambiental no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da UFPel está vinculada às disciplinas. Entretanto, também cabe destacar que isto não é evidenciado em todas as disciplinas. Conforme a matriz curricular do referido curso, existem 67 disciplinas ofertadas, deste total foi possível observar em 13 disciplinas a ocorrência das palavras-chave.

Já no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA a palavra-chave “ambiental” repete-se 15 vezes nas seções referentes aos objetivos do curso (quatro vezes); no histórico do curso (uma vez); no perfil do egresso (duas vezes); no currículo do curso (uma vez); na organização das disciplinas por área do conhecimento (uma vez); nas ementas (três vezes); na bibliografia complementar (uma vez); na bibliografia básica (uma vez) e referente à disciplina (uma vez).

Já a palavra-chave “educação ambiental” repete-se por seis vezes no documento, sendo quatro ocorrências na seção sobre a Política de Educação Ambiental e uma ocorrência nos objetivos da IES e nas referências do documento.

Foi possível contabilizar 17 repetições referentes à palavra-chave “sustentabilidade”. Na bibliografia complementar foram quatro ocorrências, na concepção do curso três ocorrências; na bibliografia básica e nas ementas duas ocorrências cada e nas seções dos objetivos da IES, das competências e habilidades; da organização curricular; da matriz curricular; do ementário e bibliografia e da integração do curso com a pós-graduação e com a educação continuada foram uma ocorrência em cada.

A palavra-chave “gestão ambiental” possui sete ocorrências no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA. Na seção de bibliografia básica são duas repetições e uma repetição nas

seções referentes à matriz curricular; ementário e bibliografia; ementa; bibliografia complementar e histórico da IES.

Já referente à palavra-chave “sustentável” foi possível contabilizar dez ocorrências. Quatro vezes em bibliografias complementares; duas vezes na seção referente aos objetivos institucionais e uma vez em cada uma das seguintes seções: competências e habilidades; ementa de disciplina; articulação entre ensino, pesquisa e extensão e em linhas de pesquisa institucionais.

Também foi possível contabilizar dez ocorrências para a palavra-chave “meio ambiente” nas seções do histórico da IES (uma vez); dos objetivos da IES (duas vezes); da Política de Educação Ambiental (duas vezes); da justificativa (uma vez); da bibliografia complementar (duas vezes); da articulação ensino-pesquisa-extensão no curso e da integração do curso com a pós-graduação e com a educação continuada (uma vez).

“Desenvolvimento sustentável” repete-se por oito vezes ao longo do documento institucional analisado: duas ocorrências na seção das ementas das disciplinas e uma ocorrência nas seções sobre a concepção do curso; o currículo do curso; a organização de disciplinas por área do conhecimento; o núcleo de formação humanística institucional; a bibliografia complementar e a integração do curso com a pós-graduação e com a educação continuada.

No projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA também não se observam ocorrências para a palavra-chave “gestão da sustentabilidade”.

Considerando, assim, a totalidade das ocorrências das palavras-chave no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo do Centro Universitário Metodista IPA, pode-se observar a maior quantidade de repetições das mesmas nas seguintes seções: bibliografias complementares das disciplinas; nas ementas das disciplinas; nos objetivos da IES e na seção referente à Política Ambiental da IES.

Observa-se a dimensão ambiental vinculada às questões das disciplinas no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo do IPA, mas também de uma maneira restrita, ou seja, não é evidenciado em todas as disciplinas da matriz curricular. De acordo com os dados do projeto pedagógico do curso, existem 62 disciplinas ofertadas no total e foram evidenciadas as palavras-chave em nove disciplinas.

Comparando os documentos das três IESs é possível verificar, portanto, que no projeto pedagógico do curso de bacharelado turismo da UCS a dimensão ambiental está integrada aos referenciais orientadores e à descrição da organização curricular. Já no projeto pedagógico do curso de bacharelado turismo da UFPel e do Centro Universitário Metodista IPA, a dimensão ambiental encontra-se vinculada predominantemente às disciplinas.

No Estado de São Paulo, foi realizada uma pesquisa que trata da temática ambiental e os cursos superiores de Turismo (VILLA GONZALEZ, 2008). Através de um levantamento de dados identificaram-se cento e vinte e quatro cursos de Turismo no referido Estado, sendo que cento e dezoito proporcionam uma formação generalista e seis apresentam ênfases em suas propostas. Desses seis cursos, um oferece enfoque em Meio Ambiente, três em Ecoturismo, um em Hotelaria, e um em Turismo Rural. Os resultados obtidos revelaram que a temática ambiental é tratada de maneira pouco aprofundada em grande parte dos cursos analisados, sendo que apenas três cursos apresentaram um nível de ambientalização curricular bastante avançado (VILLA GONZALEZ, 2008).

A autora afirma que os profissionais do Turismo desempenham um papel importante para a definição dos rumos que a atividade turística tomará em nosso país e quais contribuições poderão trazer para o alcance de novas formas de relação sociedade-natureza. Assim, Villa Gonzalez (2008) destaca que a relação da dimensão ambiental com o turismo é merecedora de mais pesquisas, principalmente em relação ao que se discute nos cursos de ensino superior.

O Quadro 18 apresenta as disciplinas que contemplam a dimensão ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo das IES estudadas.

Quadro 18 – Disciplinas contemplando a dimensão ambiental

(continua)

Disciplinas	UCS	UFPel	IPA
Disciplinas	Gestão Ambiental Turismo e Meio Ambiente Cultura e Turismo Sociologia Fundamentos da Hospitalidade Universidade e Sociedade Viagem de Estudos II	Turismo e Meio Ambiente Gestão Ambiental no Turismo Geografia do RS Ética e Turismo Elaboração de Roteiros Turísticos Ecoturismo e Turismo de Aventura Turismo Rural	Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem Ecoturismo Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável Recursos Humanos em Hospitalidade Economia do Turismo Ética no Turismo e na

	Viagem de Estudos III	Turismo, Educação e Cidadania Economia do Turismo Políticas Públicas, Planejamento e o Turismo Gestão de Destinos Turísticos Turismo Gastronômico Legislação Turística	Hotelaria Turismo e Compromisso Social Sustentabilidade Organizacional Direito Ambiental
--	-----------------------	--	---

Fonte: elaboração própria (2016)

Cabe ressaltar que, mesmo não apresentando o ementário no projeto pedagógico de curso, as disciplinas constantes no Quadro 18 referentes à Universidade de Caxias do Sul estão citadas nos referenciais orientadores do referido documento.

Frisando o reconhecimento da importância da Política Nacional de Educação Ambiental e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, os presentes temas encaminham-se para investigação junto às pesquisas institucionais e ações de extensão e, de forma transdisciplinar, estão presentes no currículo do Curso. Nesse sentido, especificamente, destacam-se as disciplinas Gestão Ambiental, Turismo e Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Sociologia, Fundamentos da Hospitalidade e Universidade e Sociedade, Viagem de Estudos II e Viagem de Estudos III. (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2015, p. 26).

Sobre a formação acadêmica no ensino superior em Turismo, é possível observar que

[...] o modelo conceitual e o desenho curricular do projeto pedagógico dos cursos de graduação são orientados para a organização das disciplinas, a seleção dos conteúdos, a definição das abordagens pedagógicas e epistemológicas norteadoras dos processos de ensino e aprendizagem, os projetos disciplinares e/ou interdisciplinares a serem desencadeados. (FERRI; HOSTINS, 2013, p. 237).

Os estudos de Lobo (2008) analisaram os cursos de bacharelado em Turismo com ênfase e/ou habilitação em áreas afins ao meio ambiente e identificaram diferenças e semelhanças quanto à matriz curricular, ementas e infraestrutura. Com base em um estudo de caso envolvendo três cursos de IES públicas que abordam diretamente a ênfase ambiental em seus objetivos, os resultados identificaram que os referidos cursos ofertam uma carga horária dedicada aos temas ambientais que varia entre 15,65% e 18,91% do total de sua integralização curricular. Através dessa pesquisa é possível considerar que mesmo em cursos de graduação em Turismo com ênfase ambiental, a carga horária

específica para a abordagem de temas ambientais é pequena e não alcança nem um quarto da carga horária total (LOBO, 2008).

Já a pesquisa realizada por Bernardo (2010) verificou o grau de inserção da abordagem da sustentabilidade socioambiental nos cursos de graduação em turismo oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro. Para isso a autora fez uma análise através das disciplinas que tratam da sustentabilidade para identificar a visão preponderante adotada na formação dos bacharéis em turismo. Entre os resultados do estudo, verificou-se que a abordagem da temática ambiental predominante é a naturalista, ou seja, que enfatiza os aspectos biológicos e técnicos em detrimento da complexidade da questão ambiental em seus aspectos sociocultural e suas dimensões ética e política. A autora também destacou a necessidade de formação para a sustentabilidade socioambiental para os docentes (BERNARDO, 2010).

Considerando os estudos de Lobo (2008), de Bernardo (2010) e ainda de Andrade (2008), é possível verificar que ambos centralizam suas análises nas disciplinas e não nas demais atividades estabelecidas no projeto pedagógico de curso.

Continuando a análise dos projetos pedagógicos referidos, o Quadro 19 apresenta comparativamente os objetivos dos cursos e o perfil dos egressos.

Quadro 19 – Objetivos dos cursos e perfis dos egressos nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo

(continua)

Objetivos/Perfil do Egresso	UCS	UFPEL	IPA
Objetivos do curso	Formar profissionais qualificados e éticos, social e ambientalmente responsáveis, empreendedores, criativos e hospitaleiros, aptos em termos de planejamento e gestão da atividade turística para atuação nos segmentos definidos no perfil do egresso, atendendo aos princípios de hospitalidade e sustentabilidade , contribuindo com a qualificação do setor	Formar profissionais com conhecimento para analisar e intervir no fenômeno turístico a partir dos princípios de responsabilidade socioambiental , justiça e ética profissional. Produzir conhecimento de natureza científica; Compreender o turismo a partir das suas diferentes relações com outros campos do conhecimento; Valorizar as questões sociais, ambientais , históricas e culturais; Desenvolver habilidades conceituais, humanas,	Propiciar adequadas condições de formação acadêmica para que os/as egressos/as do curso de Turismo exerçam sua profissão com autonomia, consciência crítica e responsabilidade social. Promover a formação de turismólogos/as instrumentalizados/as para uma atuação profissional multidisciplinar junto ao mercado, enfatizando aspectos específicos em hospitalidade; Estimular a produção

	<p>turístico; Contribuir para que a Serra Gaúcha se consolide cada vez mais e ganhe visibilidade internacional como destino turístico; Consolidar a UCS como área de excelência em Hospitalidade na região, no Estado, no País e no Mercosul.</p>	<p>técnicas e gerenciais inerentes às atividades turísticas; Comprometer-se com a identidade das comunidades e com o seu desenvolvimento sustentável; Analisar o fenômeno turístico e seus impactos nas suas mais diversas formas; Analisar as diversas inter-relações entre educação e turismo; Diagnosticar e propor alternativas para problemas pertinentes às atividades turísticas; Elaborar e analisar políticas públicas na área de turismo; Atuar no planejamento e gestão de planos, programas e projetos turísticos; Atuar na implantação e gestão de empresas turísticas.</p>	<p>cultural e projetos de iniciação à investigação científica; Incentivar a interação com a sociedade, prestando serviços especializados à comunidade regional, estabelecendo com esta uma troca de informações e experiências através de atividades de extensão; Propiciar a vivência prática supervisionada nos laboratórios do curso e através de parcerias com o poder público e com a iniciativa privada; Promover, no processo de ensino e aprendizagem, ações que efetivamente contemplem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</p>
Perfil do Egresso	<p>O perfil profissional do egresso do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul deverá atender às demandas socioculturais, tecnológicas e científicas do seu contexto de atuação. Essas demandas exigem do profissional do turismo uma formação interdisciplinar e sistêmica, amparada em práticas reflexivas que favoreçam uma compreensão holística do fenômeno turístico e de suas interfaces com os domínios da hospitalidade. O profissional deverá estar capacitado para o desenvolvimento de atitudes empreendedoras e proativas no planejamento e na gestão das</p>	<p>O profissional formado no Curso de Bacharelado em Turismo da UFPel está apto para atuar, como gestor e/ou pesquisador, em instituições públicas, privadas e do terceiro setor. O profissional deve compreender a interdisciplinaridade e a complexidade do fenômeno turístico, atuando no crescimento e no desenvolvimento dessa atividade e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das sociedades.</p>	<p>Um/a profissional ético/a, com postura crítica e autocríticas, que priorize o respeito às diferenças, o compromisso com a cidadania e solidariedade nas relações coletivas de trabalho. No que tange aos aspectos técnico-científicos, é desejado do/a egresso/a uma postura autônoma e criativa em relação aos métodos de trabalho, inovação na aplicação dos conhecimentos como fundamentos ao exercício da liderança.</p>

	organizações privadas e públicas do turismo, primando pelos princípios da ética, do desenvolvimento local e regional sustentável .		
--	---	--	--

Fonte: adaptado pelo autor com base em Universidade de Caxias do Sul (2015); Universidade Federal de Pelotas (2013); Centro Universitário Metodista IPA (2014b).

Comparando os perfis dos egressos das três instituições analisadas, verifica-se que para a UCS os profissionais formados pela instituição deverão, entre outros quesitos, primar pelo desenvolvimento sustentável. Já os egressos do curso de bacharelado em Turismo da UFPel deverão contribuir para a qualidade de vida das sociedades. Enquanto isso, de acordo com o perfil do egresso do IPA, a dimensão ambiental pode ser considerada quanto a referência ao compromisso com a cidadania.

Referente à formação profissional no Turismo e a relevância do perfil do egresso destaca-se que

A formação profissional ampla exige o engajamento com a atividade. O turismo desenvolve-se no espaço geográfico e depende fundamentalmente da qualidade do meio ambiente, da preservação da natureza e dos aspectos culturais. A atuação no mercado exige do profissional a conscientização de seu papel junto às comunidades receptoras, tanto no que se refere ao tratamento dispensado aos turistas, como na preservação dos seus valores culturais e dos bens naturais. (TOMELIN; RUSCHMANN, 2013, p. 234).

O Quadro 20 apresenta as informações referentes às competências e habilidades contidas nos projetos pedagógicos dos cursos analisados.

Quadro 20 – Competências e habilidades nos Projetos Pedagógicos dos cursos de bacharelado em Turismo

(continua)

Competências e Habilidades	UCS	UFPEL	IPA
Competências e Habilidades	Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo (BRASIL, 2006).	Compreender o turismo como importante fenômeno histórico-social do mundo contemporâneo e seu papel na sociedade; Incentivar a consciência social, a preservação da cultura, da memória e do patrimônio compatíveis com o desenvolvimento sustentável ; Influenciar autoridades, empresários e comunidades	Compreensão das políticas públicas norteadoras do Turismo doméstico e externo; Utilização de metodologia adequada para a inventariação e planejamento das ações turísticas; Contribuição na elaboração de planos públicos e privados na área de Turismo e hotelaria; Domínio de técnicas para estudos de viabilidade econômico-financeira para os

		<p>para a importância do fenômeno turístico em sua totalidade;</p> <p>Problematizar os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais na educação, pesquisa e gestão do turismo;</p> <p>Assessorar instituições públicas, privadas e do terceiro setor no desenvolvimento do Turismo;</p> <p>Gerir as atividades turísticas em organizações públicas, privadas e do terceiro setor tendo em vista a preservação e a conservação da cultura, da memória e do patrimônio ambiental das comunidades, atuando com base nos valores de responsabilidade socioambiental, justiça e ética;</p> <p>Demonstrar capacidade crítica, reflexiva e criativa para propor e implementar soluções alternativas e inovadoras para o desenvolvimento turístico;</p> <p>Desenvolver atividades turísticas valorizando a identidade e participação das comunidades;</p> <p>Trabalhar em equipe;</p> <p>Conceber e gerir planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico que identifiquem, resgatem e estimulem a vivência e a prática da cidadania;</p> <p>Elaborar e avaliar políticas municipais, estaduais e federais de turismo;</p> <p>Administrar empreendimentos turísticos;</p> <p>Dominar a utilização dos recursos tecnológicos úteis à sua área de atuação.</p>	<p>empreendimentos nas áreas de Turismo e Hotelaria;</p> <p>Conhecimento da legislação pertinente ao Turismo e a Hotelaria;</p> <p>Planejamento e gerenciamento de projetos para empreendimentos turísticos;</p> <p>Intervenção sustentável no mercado turístico, principalmente nos espaços emergentes;</p> <p>Conhecimento sobre critérios de classificação para estabelecimentos turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências, empresas promotoras de eventos e outras áreas;</p> <p>Domínios de técnicas para avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outras formas de manifestação humana;</p> <p>adequada comunicação interpessoal e intercultural;</p> <p>Utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar instituições públicas e/ou privadas e demais segmentos populacionais;</p> <p>Domínio de idiomas estrangeiros;</p> <p>Habilidades em informática e outros recursos tecnológicos;</p> <p>Familiaridade em ações de equipes inter e multidisciplinares nos contextos organizacionais;</p> <p>postura técnico-profissional demonstrando humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.</p>
--	--	---	--

Fonte: adaptado pelo autor com base em Universidade de Caxias do Sul (2014b); Universidade Federal de Pelotas (2013); Centro Universitário Metodista IPA (2014b),

Observa-se que no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Turismo da UCS as competências e habilidades descritas são exatamente as mesmas conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo

(BRASIL, 2006b). Já no documento da UFPel, destacam-se as competências e habilidades descritas relacionadas ao desenvolvimento sustentável; aos aspectos ambientais na educação, pesquisa e gestão do turismo e a preservação e conservação do patrimônio ambiental. As competências e habilidades contidas no projeto pedagógico do curso do IPA são também as mesmas conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, entretanto apenas com uma redação diferente daquela apresentada na Lei (BRASIL, 2006b).

Ainda sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo (BRASIL, 2006b), observa-se que as competências propostas

[...] vão além do caráter técnico-operacional, enfatizando, para a formação profissional, a importância da atitude reflexiva, apesar de não fazerem referência, ao menos explicitamente, à dimensão humana do turismo e de apresentarem como foco principal, para a capacitação do turismólogo, o mercado turístico. (BRIDI; SANTOS, 2012, p.13).

É possível considerar que competências e habilidades como elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo e domínio de técnicas para o planejamento e operacionalização de inventário turístico (entre outras previstas legalmente), pressupõem a internalização da dimensão ambiental para que sejam desenvolvidas adequadamente. Nesse sentido, verifica-se que há uma necessidade de se explicitar a dimensão ambiental também no que se refere às competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo da formação profissional e que estão estabelecidas nos projetos pedagógicos dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa permitem estabelecer relações referentes ao corpo documental analisado. Considerando os documentos legais em nível federal (esfera macro), observa-se que a Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) determina a promoção da EA em todos os níveis de ensino, assim como estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) e na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999).

Quanto aos documentos relacionados ao Turismo, foi possível observar na Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008) que não há referências evidenciadas com relação ao ensino e às pesquisas científicas. Já no Plano Nacional de Turismo vigente (2013 - 2016) destaca-se a implementação de um programa contínuo de fomento público para o desenvolvimento de pesquisa, inovação e conhecimento pelos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela Capes. Mesmo considerando que são documentos que determinam as ações do poder público, os mesmos poderiam conter considerações relacionadas aos cursos de graduação em Turismo, no sentido de chamar a atenção dos mesmos para contribuir com o desenvolvimento e consolidação da atividade turística no país por meio da produção e socialização do conhecimento acadêmico. Além disso, observou-se que ambos os documentos se referem ao desenvolvimento sustentável do Turismo e à prática do Turismo como veículo de educação e interpretação ambiental, entretanto não fazem ressalvas para considerar a legislação já existente com relação à dimensão ambiental.

A PNEA e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012b) estabelecem que as instituições de ensino devem promover a EA integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. Nesse contexto, com intuito de verificar o atendimento aos requisitos legais normativos, destacam-se também os instrumentos de avaliação do Ministério da Educação. No Instrumento de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2014), as IESs são avaliadas quanto a existência de projetos e ações que promovem a sustentabilidade socioambiental não somente na gestão, como também nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, também é verificada a coerência entre o PDI e as práticas realizadas pelas instituições.

Já o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2015) verifica no quesito organização didático-pedagógica, a maneira que os projetos pedagógicos de cursos contemplam as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Com relação aos conteúdos curriculares, é analisada a maneira que os mesmos possibilitam a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de EA. Esse instrumento ainda verifica os requisitos legais e normativos referentes à PNEA (BRASIL, 1999; BRASIL 2002).

Nessa perspectiva, referente à abordagem da EA nos projetos pedagógicos, cabe aqui ressaltar que o Decreto nº 4.281 (BRASIL, 2002) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA estabelecem que a inserção dos conhecimentos relativos à EA pode ocorrer pela transversalidade. Considerando a transversalidade como uma maneira de fazer determinado tema presente em todas as áreas, é possível notar que a transversalidade pode ser implementada não somente em detrimento de disciplinas, como também em outros elementos contidos nos projetos pedagógicos de curso: atividades complementares; viagens de estudo; estágios; trabalhos de conclusão de curso; semana acadêmica; aula inaugural; iniciação científica; projetos de extensão; entre outros.

Conforme os apontamentos de Denicol (2013) e de Bonin, De Conto e Pereira (2016), referente à escassez de pesquisas que possuem a educação ambiental como objeto de estudos nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e também em periódicos científicos eletrônicos de Turismo, cabe destacar o que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999), a qual incumbe às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Também, destaca-se do artigo oitavo desta Lei entre as atividades vinculadas à PNEA e que diz respeito às instituições de ensino superior e em especial aos Programas de Pós-Graduação, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações. As ações nesse sentido devem voltar-se ao desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a temática ambiental (BRASIL, 1999).

Com relação aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, novos olhares devem ser feitos frente aos elementos estruturais dos mesmos e não apenas

às disciplinas, suas ementas e bibliografias. Assim, outros elementos podem ser alvo de futuras investigações e contribuir no desenvolvimento da Educação Ambiental de forma transversal na formação do turismólogo.

A importância e a necessidade da construção das relações entre as políticas de educação, de meio ambiente, de Turismo, de educação ambiental e a produção de conhecimento fica evidenciada a partir da análise de diferentes documentos alvo da presente pesquisa. A construção de um projeto pedagógico de curso exige, portanto, atenção com relação às questões legais e deve considerar não somente aqueles documentos referentes à área específica, mas também aqueles que versam sobre a dimensão ambiental, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012b).

A partir do entendimento e da construção dessas relações é possível criar condições que facilitem a implantação de ações e práticas pedagógicas que constituam possibilidades, ao longo da formação profissional de cada indivíduo, para internalizar a dimensão ambiental no futuro exercício profissional.

Dessa forma, seria possível evidenciar efetivamente a transversalidade da Educação Ambiental perpassando todos os elementos que constituem o projeto pedagógico e que, conseqüentemente, farão parte da formação profissional dos acadêmicos. O Turismo, por caracterizar-se como uma área multidisciplinar, talvez seja um exemplo de curso onde isso fique mais evidente, em virtude das diferentes relações que se estabelecem com as mais diversas áreas do conhecimento.

Em síntese, os estudos relacionados aos projetos pedagógicos de cursos de bacharelado em Turismo de Instituições de Ensino Superior que disponibilizam os referidos documentos em seus respectivos endereços eletrônicos possibilitaram identificar lacunas relacionadas à integração da dimensão ambiental. Observou-se que no projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo da UCS a dimensão ambiental está integrada aos referenciais orientadores e à descrição da organização curricular. Destaca-se que mesmo não contendo o ementário das disciplinas, o projeto pedagógico de curso da UCS prevê também as disciplinas que contemplam a dimensão ambiental. Já no projeto pedagógico do curso de bacharelado turismo da UFPel e do Centro Universitário Metodista IPA, evidencia-se que a dimensão ambiental se encontra vinculada predominantemente às disciplinas (ementas, objetivos e bibliografias).

O planejamento do ensino formal de diferentes cursos de graduação necessita do desenvolvimento de pesquisas de qualidade sobre o fenômeno ambiental. Essas pesquisas podem fornecer subsídios para integrar conhecimentos e avançar não somente nos programas de ensino de graduação, como também nas demais atividades das IESs, no sentido de formar profissionais que saibam internalizar os conceitos de sustentabilidade em suas atividades. Com relação às pesquisas, cabe destacar que a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) estabelece que o poder público incentive atividades voltadas ao meio ambiente para desenvolver pesquisas para a redução da degradação da qualidade ambiental e, por meio de órgãos, entidades e programas, apoiar projetos na área ambiental e ecológica.

Considerando o número limitado de projetos pedagógicos analisados, sugere-se a ampliação da pesquisa com outros projetos de cursos de outras regiões do país, no sentido de aprofundar o entendimento da inserção da dimensão ambiental na formação do turismólogo. Assim, sugere-se como continuidade da produção do conhecimento em Educação Ambiental novos questionamentos: que comportamentos as pessoas já podem apresentar em relação ao que foi estudado? Que elementos dos aqui descobertos podem ser incluídos no projeto pedagógico dos cursos de nível superior em Turismo? Os atuais profissionais enxergam a integração da dimensão ambiental no seu exercício profissional, comparado com a sua formação acadêmica? A transversalidade é evidenciada nos projetos pedagógicos dos cursos considerando todos os elementos estruturais?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ageu Cleon de. **Educação ambiental no ensino superior: disciplina em discussão**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <portal.estacio.br/media/3485716/ageu-cleon-de-andrade-completa.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401: Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos**. Rio de Janeiro, 2014.
- BATISTA, Maria do Socorro Silva. O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Dossiê Educação Ambiental, Rio Grande, p.179-192, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3601>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- BERNARDO, Maria das Dores Garcia. **Formação para sustentabilidade na perspectiva socioambiental nos cursos de bacharelado em Turismo**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/.../maria-das-dores-garcia-bernardo-completa.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- BONIN, Sara Massotti; DE CONTO, Suzana Maria; PEREIRA, Marli Borsoi. Turismo e educação ambiental: a socialização do conhecimento em periódicos científicos. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**. n. 8, v. 2, p. 177-191, abr-jun, 2016. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/3996/pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- BOTELHO, Daniel Moraes. **A educação ambiental como perspectiva para uma outra viagem turística: revisitando os passos do guia - educador com viajantes na Costa Doce/RS**. 2007. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007. Disponível em: <<http://www.argo.furg.br/bdtd/0000010248.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BRASIL. **Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006.** 2006a. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012.** 2012a. Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina seu exercício. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm>. Acesso em: 08 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** 2012b. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRASIL. **Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006b.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BRIDI, Guilherme; SANTOS, Marcia Maria Capellano. **Formação e atuação do turismólogo no cenário das agências de turismo: contrapondo competências.** Porto Alegre: EDIPUCRS, Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

BURATTO, Marlene; TOMELIN, Carlos Alberto; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Reflexões sobre a interdisciplinaridade no ensino do turismo. IN: TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris van de Meene (orgs). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares.** Barueri, SP: Manole, 2013. cap. 08.

CAMPANI, Darci Barnech et al. Gestão ambiental de resíduos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. In: DE CONTO, Suzana Maria. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades.** Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 4.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Institucional – História.** 2016a. Disponível em: <<http://ipametodista.edu.br/institucional/historia>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Institucional – Missão, Valores.** 2016b. Disponível em: <<http://ipametodista.edu.br/institucional/missao-valores>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Política Ambiental.** 2014a. Disponível em: <http://ipametodista.edu.br/extensao/projetos-institucionais/projeto-de-educacao-ambiental-gea/documentos/politica_ambiental_2014.pdf/view>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Projeto grupo de educação ambiental.** 2016c. Disponível em: <<http://ipametodista.edu.br/extensao/projetos-institucionais/projeto-de-educacao-ambiental-gea>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA. **Projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo.** 2014b. Disponível em: <<http://www.ipametodista.edu.br/graduacao/turismo/listar/UUFWazJibTI2bTd6WkxJazNCa1pUS1BjRER2RnBITHRNdkxJUWRMTIdUWDJWV3FIY2hWanZsdWINOGO2anJNcnNXczVVbnYxSCtXWkxUQmlyZWE2U1E9PQ%3D%3D>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

COIMBRA, Danielle Batista. **Abordagens e limitações da educação ambiental no ensino superior: percepções a partir da disciplina de gestão ambiental nos cursos de graduação em administração na cidade de Fortaleza-CE.** 2011. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza - CE, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2607>>. Acesso em: 01 dez. 2014

CORRÊA, Luciara Bilhalva; MENDES, Pablo Machado e CORRÊA, Érico Kunde. A gestão dos resíduos sólidos na Ufpel: construção de políticas integradas na perspectiva da educação ambiental. In: DE CONTO, Suzana Maria. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 10.

DE CONTO, Suzana Maria. Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças comportamentais. In: _____. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 1.

DE CONTO, Suzana Maria et al. Gestão de resíduos na Universidade de Caxias do Sul: um processo de construção das atividades de ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade socioambiental. In: _____. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 2.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7 ed. São Paulo: Futura, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior**: uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

DENICOL, Maria Salete Goulart Martins. **A educação ambiental como objeto de estudos nos programas stricto sensu em turismo no Brasil (período 1997-2011)**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2013.

DESASTRE ambiental em Mariana. **G1**, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/index.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FERRI, Cássia; HOSTINS, Regina Célia Linhares. O projeto pedagógico em turismo: modelo conceitual e desenho curricular. IN: TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris van de Meene (orgs). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares**. Barueri, SP: Manole, 2013. cap. 14.

GOMES, Luciana Paulo. A gestão de resíduos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) atendendo aos requisitos da ISO 14.001:2004. In: DE CONTO, Suzana Maria. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 3.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira et al. A temática ambiental e a sustentabilidade nos cursos de graduação da UNIVALI: caminhos para a ambientalização curricular na universidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG**, Rio Grande, v. Especial, p. 121-134, maio, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/4435/2788>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

INCÊNDIO no Porto de Santos: entenda causas e consequências ambientais. **EBC Rádios**, 2016. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/amazonia-brasileira/edicao/2015-04/incendio-no-porto-de-santos-causa-consequencias-ambientais>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.. **Instrumento de avaliação institucional externa**. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

INSTITUTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Histórico**. 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/institutos/isam/historico>> Acesso em: 22 out. 2014.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A universidade do século XXI: rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, v. 3, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/viewArticle/408>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel. Educação ambiental e turismo: uma formação holística, interdisciplinar e de futuros educadores. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. v. 18, p. 92-106, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V18/v18n1a6.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

LIMA, Paulo Gomes. Transversalidade e docência universitária: por uma recorrência dialética do ensinar-aprender. **Revista Educação (UFSM)**. Santa Maria, v. 33, n. 03. p. 457-468, set/dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/84/58>>. Acesso em: 25 maio 2016.

LOBO, Heros Augusto Santos. Ênfase ambiental nos Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil. **Revista Turismo Visão e Ação**, Itajaí, v. 10, n. 02. p. 286-305, mai/ago. 2008. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/632/525>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri, SP: Manole, 2012.

MARTINS, Ayrton Figueiredo; SILVEIRA, Djalma Dias. Gestão de resíduos em universidades: a experiência da Universidade Federal de Santa Maria. In: DE CONTO, Suzana Maria. (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. cap. 6.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema é-me**. 2016. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 2 set. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)**. 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4educacao_web-1.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 19 abr 2016.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORUZZI, Andréa Braga; MORUZZI, Rodrigo Braga. A transversalidade como princípio pedagógico no ensino superior de engenharia: o Programar da Engenharia Ambiental da UNESP - campus de Rio Claro. **Revista de Ensino de Engenharia**. v. 29, n. 01, p. 20-28, 2010. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/revista/index.php/abenge/article/view/82>>. Acesso em: 25 maio 2016.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental**: sustentabilidade e implantação da ISO 14.001. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

PANOSSO NETTO, Alexandre. O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. Capítulo 2.

RAMOS, Marcelo Valente. **A educação experiencial como estratégia de ensino para a educação ambiental no curso de turismo e hotelaria da UNIVALI**. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2006. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Marcelo%20Valente%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010**. Dá nova redação à Lei n.º 11.730, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, no Estado do Rio Grande do Sul, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.281, de 25 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1366827322_Lei13.597.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Histórica & Ciências Sociais**. v.1. n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 346 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/3479>>. Acesso em: 30 nov. 2014

SILVA, Luciana Ferreira da. **Educação ambiental crítica: entre ecoar e recriar**. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28052009-171742/pt-br.php>>. Acesso em: 05 dez. 2014

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino superior em Turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Revista Turismo Visão e Ação**, Itajaí, vol. 13, n. 3, p. 282–298. set./dez. 2011. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/download/2501/2068>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil. In: REJOWSKI, Mirian (Org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. Capítulo 4.

SOUZA, Daniele Cristina de; SALVI, Rosana Figueiredo. Um mapeamento da pesquisa em Educação Ambiental nas pós-graduações Stricto Sensu no Brasil (2003-2007). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio

Grande, v.26, jan./jun. 2011, p.322-337. Disponível em:
<<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol26/art24v26.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014.

TAUCHEN, Joel Antonio; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11>. Acesso em: 25 jun. 2014.

TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro Reflexões acerca das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental do período de 1987-2001. **Ensenanza de Las ciências**, 2005. Disponível em:
<http://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2005nEXTRA/edlc_a2005nEXTRAp288reface.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris van de Meene. A formação, a carreira e o bacharel em turismo. IN: TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris van de Meene (orgs). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares**. Barueri, SP: Manole, 2013. cap. 13.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Curso de Bacharelado em Hotelaria**. 2014a. Disponível em: <<http://www.ucs.br/portais/curso142/apresentacao/>>. Acesso em 25 jul. 2014.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Curso de Bacharelado em Turismo**. 2014b. Disponível em: <<http://www.ucs.br/portais/curso157/>> Acesso em: 01 dez. 2014

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Institucional**. [201-]a. Disponível em:
<<http://www.ucs.br/site/institucional/>> Acesso em: 15 mar. 2015.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Missão e princípios**. [201-]b. Disponível em:
< <http://www.ucs.br/site/institucional/missao-e-principios/>> Acesso em: 08 abr. 2016.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade**. 2016. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/turismo-e-hospitalidade/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Projeto de Curso Bacharelado em Turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.ucs.br/portais/curso157/menu/18871/>>. Acesso em: 09 dez 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Institucional – Histórico**. 2016a. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/historico/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Missão – Visão**. 2016b. Disponível em:
<<http://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo**. 2013. Disponível em:

<<http://wp.ufpel.edu.br/cursodeturismo/files/2013/06/Projeto-Pedag%C3%B3gico-CURSO-DE-BACHARELADO-EM-TURISMO-2013.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Relatório de Gestão 2014**. 2015. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2014-UFPel.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 12. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2012.

VAZAMENTO de gás no Porto de Santos libera nuvem tóxica. **G1**, Santos/SP, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/01/corpo-de-bombeiros-registra-vazamento-de-gas-em-guaruja-sp.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

VILLA GONZALEZ, Luciana Thais. **A temática ambiental e os cursos superiores de turismo do Estado de São Paulo**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2008. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/56531>>. Acesso em: 20 jul. 2014.